



A Arma da Teoria

INTRODUÇÃO

Ao discursar em Havana (Cuba), em 6 de Janeiro de 1966, durante a 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, o Camarada Amílcar Cabral disse:

"É na intenção de contribuir, embora modestamente, para este debate, que apresentamos aqui a nossa opinião sobre os "fundamentos e objectivos da luta de libertação nacional relacionados com a estrutura social." Esta opinião é ditada pela nossa própria experiência de luta e pela apreciação crítica das experiências alheias. Aqueles que verão nela um carácter teórico, temos de lembrar que toda a prática fecunda uma teoria. E que, se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem teoria revolucionária."

Este discurso ganhou, assim, o nome de "A Arma da Teoria". Ele tem sido objecto de várias edições, estudo e reflexão da parte de vários movimentos e organizações políticas de todo o Mundo. Pela sua importância, este discurso constitui o centro desta publicação, que dele recebe o nome de "A Arma da Teoria."

Esta edição engloba ainda outras passagens da obra do Militante nº1 do nosso Partido. O ponto comum dos diversos textos aqui incluídos é o facto de se referirem principalmente à análise da estrutura social na Guiné Bissau e Cabo Verde. Porém, principalmente em "A Arma da Teoria", não é só a realidade social da Guiné Bissau e Cabo Verde que serve de base à análise do Camarada Amílcar Cabral. Como ele próprio afirma, também se encontra na base das opiniões que ele formula uma "apreciação crítica das experiências alheias." É por isso que esse texto ganha uma grande importância, não só para a Guiné Bissau e Cabo Verde, mas podendo igualmente aplicar-se à maioria dos países chamados subdesenvolvidos, em especial aos países africanos em luta contra a dominação imperialista. Essa é também, nomeadamente, a perspectiva adoptada pelo Camarada Amílcar Cabral na elaboração do texto publicado aqui com o subtítulo "Uma crise do conhecimento."

Mas a análise da estrutura social da Guiné Bissau e Cabo Verde e seus reflexos na luta de libertação nacional, essa está presente, de forma mais ou menos directa, em todos os textos que agora publicamos.

Um aspecto que tem reflexo nas sociedades analisadas pelo Camarada Amílcar Cabral é a influência que a própria dominação colonial exerceu sobre a estrutura social da Guiné Bissau e Cabo Verde.

Como sabemos todos, a morte surpreendeu o Militante nº 1 do nosso Partido antes que ele tivesse tido a ocasião de viver os momentos históricos mais elevados da luta a que ele dedicou inteiramente a sua vida. Referimo-nos às independências da Guiné Bissau e Cabo Verde, que marcaram o fim da dominação colonial nas nossas terras. Como consequência, ele não pôde estabelecer com precisão total, todas as consequências desse facto na alteração da estrutura social. Não dispomos, obviamente, duma análise sua que pudesse basear-se no estudo concreto das situações vividas pelos povos da Guiné Bissau e Cabo Verde após a independência.

Portanto, muita gente poderia perguntar se haverá alguma actualidade na publicação destas análises hoje, quando a dominação colonial já foi varrida das nossas terras e, com ela, as bases de influência que exercia sobre as formações sociais da Guiné Bissau e Cabo Verde.

Respondemos desde já que nos parece de actualidade e necessidade essa publicação por várias razões.

Torna-se por um lado, necessário oferecer aos militantes do nosso Partido oportunidade para um conhecimento cada vez mais profundo do pensamento e da obra teórica e prática do nosso imortal guia. Por outro lado, a importância do pensamento e da obra de Amílcar Cabral na História dos povos da Guiné Bissau e Cabo Verde é inegável, pelo que se torna igualmente necessário o seu conhecimento por todos os cidadãos dos nossos países.

O pensamento do camarada Amílcar Cabral constitui uma preciosa fonte de ensinamentos. Como tal, ele pode habilitar os militantes a terem uma compreensão mais clara e correcta da luta em que estão empenhados. Isso lhes possibilitará cumprir melhor as responsabilidades que contraíram ao aderir ao P. A.I.G.C., instrumento de luta pelo progresso e felicidade dos povos da Guiné Bissau e Cabo Verde.

Com efeito, a análise social do camarada Amílcar Cabral resulta da junção de dois elementos importantes: o conhecimento da realidade concreta e a utilização de instrumentos científicos de análise no estudo dessa realidade. Ela é, por isso, muito profunda.

Ora, se os nossos militantes vivem dia a dia a realidade concreta da nossa sociedade, por outro lado eles não estão muitas vezes armados com os instrumentos científicos de análise necessários ao estudo aprofundado dessa realidade. Isso pode conduzir a uma visão deformada ou a uma não compreensão correcta das situações e dos problemas que se colocam no desenvolvimento da luta, o que dificulta o desenvolvimento duma prática que leve à transformação progressiva e correcta dessa realidade.

Mas, para se compreender a análise de Cabral, é igualmente necessário compreender a relação dialéctica que se estabelece entre a teoria e a prática na formação do pensamento revolucionário: a prática sem a teoria é cega e "ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem teoria revolucionária." Por outro lado, a teoria, só por si, não faz a Revolução, pois que "uma revolução pode falhar mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas."

Portanto, torna-se necessário que os militantes conheçam a teoria para poderem enfrentar a prática, não de uma forma cega, não desarmados, mas aptos a compreender a realidade, a conhecer as situações e os problemas no seu aspecto mais profundo. Por outro lado, a realidade objectiva existe e, como tal, ela não pode ser adaptada de qualquer maneira à teoria. A teoria ajuda a pensar a realidade; mas a transformação da realidade só é possível pela prática. Se a teoria é correcta, ela ajuda a compreender a realidade e per-

mite uma prática política correcta. Por sua vez, "a prática fecunda uma teoria." E, assim, a teoria deixa de ser um conjunto de ideias abstractas, ganha corpo e, através da prática, a teoria permite a transformação da realidade. Ao mesmo tempo, ela enriquece-se com a própria prática, torna-se mais viva, mais eficaz, possibilitando a "elaboração local, nacional, mais ou menos influenciada por factores externos" que, como nos diz o Camarada Amílcar Cabral, constitui uma das exigências das actuais Revoluções (e do pensamento revolucionário).

Ao armarem-se com o conhecimento científico, ao armarem-se com os aspectos teóricos do pensamento do Militante nº 1 do nosso Partido, os militantes estarão a tornar-se mais aptos para uma correcta apreciação da sua prática como militantes, quer individual quer colectivamente, podendo assim encontrar as respostas necessárias para uma prática cada vez mais correcta, necessária ao desenvolvimento da nossa luta.

Mas daí resulta que a teoria deve ser encarada como um instrumento para a compreensão da realidade e não como a própria realidade. Ela não pode, pois, ser aplicada à realidade de uma forma mecânica.

Tomemos um exemplo nos próprios textos aqui publicados. Como é natural, as sociedades que o Camarada Amílcar Cabral analisou, devido ao desenvolvimento vitorioso da luta de libertação nacional, conduzida pelo nosso Partido, e à queda do colonialismo português, sofreram alterações mais ou menos profundas. Não havia já o Camarada Amílcar Cabral dito que "a luta armada de libertação constitui uma verdadeira marcha forçada no caminho do progresso cultural?" Ora, desse modo, a própria luta armada actuou como elemento transformador da sociedade. Assim, não se poderia, de forma correcta, aplicar à realidade social de hoje as análises do Camarada Amílcar Cabral como se nada tivesse mudado.

Temos sim, que conhecer os aspectos principais dessas análises, aqueles aspectos fundamentais que ainda nos permitem compreender a realidade que hoje vivemos e nos ajudam a procurar solução para os problemas e dificuldades que a luta põe hoje diante de nós. Usar a teoria como a arma que nos permite conhecer as nossas fraquezas e as nossas forças, a fim de podermos tornar cada vez maiores as nossas forças e cada vez menores as nossas fraquezas. Só assim conseguiremos tornar-nos verdadeiramente aptos a avançar, cada vez mais firmemente, no caminho traçado pelo nosso imortal guia e realizar o progresso e a felicidade para o nosso povo.

Praia, Março de 1977



A estrutura social

I. Breve análise da estrutura social da Guiné «portuguesa» (1)

A análise da situação social na Guiné serviu de base à nossa luta de libertação nacional. Devemos fazer distinções entre as diversas situações, sem, no entanto, as opormos.

Assim, no campo, encontramos, por um lado, o grupo que consideramos como semi-feudal, representado pelos Fulas e, por outro lado, o dos Balantas, que chamaremos sociedade «sem Estado». Existem diferentes situações intermediárias entre estes dois grupos étnicos extremos. Desta forma, existe entre os animistas — no seio dos quais se encontra uma coincidência entre semi-feudalismo e islamismo e nenhuma organização de Estado — um grupo étnico, os Manjacos, que, a quando da chegada dos portugueses, já mantinham relações que se poderiam classificar como feudais.

Como se apresenta a estratificação social dos Fulas? Consideraremos, em primeiro lugar, os chefes, os nobres, e as entidades religiosas; em seguida, os artesãos e os *dioulas*, ou comerciantes ambulantes, e, finalmente, os camponeses propriamente ditos. Pode verificar-se, mesmo sem fazer a análise económica de cada um desses grupos, que os chefes e os grupos que os rodeiam têm ainda — apesar da manutenção de determinadas tradições referentes à colectivação das terras — privilégios muito importantes no âmbito da propriedade da terra e da exploração do trabalho alheio. Os camponeses, que dependem dos chefes, são obrigados a trabalhar para eles durante um certo período do ano. Os artesãos desempenham um papel muito importante no conjunto socioeconómico dos Fulas e constituem, por assim dizer, um embrião de indústria de transformação de matérias primas, desde o ferreiro, na base da escala, à transformação do cabedal, etc.; o grupo dos *dioulas*, que alguns situam acima do grupo dos artesãos, não possui de facto essa importância, mas representa virtualmente — e, em certa medida, praticamente, — os que têm a possibilidade de acumular dinheiro. O grupo camponês, geralmente desprovido de direitos, é o verdadeiro explorado da sociedade fula.

Aparte a questão da propriedade, a situação da mulher é um elemento de comparação muito importante. Entre os Fulas, a mulher não goza de nenhum direito social; participa na produção mas não colhe os seus frutos. Por outro lado, a poligamia é uma instituição muito respeitada, sendo a mulher considerada, de certa forma, como propriedade do marido.

Entre os Balantas, no polo oposto, encontramos uma sociedade completamente desprovida de estratificação e onde só o Conselho dos Velhos da tabanca ou de um conjunto de tabancas pode tomar decisões relativas à vida dessa sociedade. Para eles, a

(1) Condensado das diversas intervenções orais feitas no seminário organizado pelo Centro Frantz Fanon de Milão, em Treviglio, de 1 a 3 de Maio de 1964.

terra é propriedade da aldeia, mas cada família recebe uma parcela necessária à sua subsistência: os meios, ou melhor, os instrumentos de produção pertencem quer à família quer ao indivíduo. Os Balantas, apesar de revelarem fortes tendências para a poligamia, são, na sua grande maioria, monógamos. A mulher participa na produção, mas é proprietária do que produz, o que lhe confere uma situação privilegiada, pois a sua liberdade é efectiva, excepto no que se refere ao filho, que o chefe de família pode sempre reclamar; é necessário detectar aqui uma razão económica, ou seja, que a força de uma família é sobretudo representada pelo número de braços capazes de trabalhar.

Existe um grupo minoritário, formado por pequenos proprietários africanos, que constitui uma transição; esse grupo, de certa importância, revelou-se muito activo no âmbito da luta de libertação nacional.

A presença europeia é praticamente nula no campo.

Nas cidades, coabitam dois grupos distintos: de um lado, os europeus, do outro, os africanos. É possível subdividir facilmente os primeiros, na medida em que conservam, de acordo, naturalmente, com as actividades que exercem entre nós, a estratificação social a que pertenciam em Portugal. Assim, no nível mais elevado, os altos funcionários e os directores de empresa constituem uma camada muito isolada do resto da própria população europeia. Vêm em seguida os funcionários médios, os pequenos comerciantes, os empregados de comércio e as profissões liberais. Por último, os operários qualificados.

Entre os africanos, há um primeiro grupo composto por funcionários superiores e médios e profissões liberais; depois, os pequenos funcionários, os empregados de comércio contratados (não confundir com os empregados de comércio sem contrato, que podem ser despedidos de um dia para o outro). Os pequenos proprietários agrícolas, chamados, por analogia, «pequena burguesia africana», situam-se igualmente ao nível desse grupo. Uma análise mais profunda poderia revelar que o primeiro dos grupos citados deveria igualmente ser incluído na pequena burguesia. Surgem a seguir os assalariados; designamos assim todos os empregados de comércio sem contrato, que vendem o seu trabalho ao dia; por exemplo, o importante grupo dos empregados dos portos, dos navios e dos transportes de mercadorias ou de produtos agrícolas. Temos igualmente os criados, homens na sua maioria, os operários das oficinas de reparações ou de pequenas fábricas e a mão-de-obra dos armazéns. Todos esses grupos fazem parte dos assalariados. É necessário não lhes chamar proletariado ou classe operária. Vêm depois os «marginais» (1), que podem de novo dividir-se em dois sub-grupos: um, que não merece realmente essa designação, mas para o qual não encontramos termo mais exacto, e o outro, fácil de identificar, que poderia ser o nosso *lumpenproletariado* (se existisse na Guiné um proletariado com consciência de classe), constituído por mendigos, desempregados, prostitutas, etc.; o primeiro destes grupos, ao qual dedicámos toda a nossa atenção, revelou-se de facto muito importante na luta de libertação nacional e é constituído por muitos jovens vindos recentemente do campo, que conservaram laços íntimos com este, embora entrando em contacto com a vida dos europeus; muitas vezes não têm qualquer ocupação e vivem à custa das famílias pequeno-burguesas ou operárias. É preciso distingui-los dos «filhos-família» da Europa; com efeito, certas tradições e costumes africanos exigem, por exemplo, que um tio que viva na cidade ofereça hospitalidade ao seu sobrinho do campo. Cria-se assim uma camada ocupada em dispender a sua energia na experiência da vida urbana, que deverá desempenhar um papel importante.

(1) *Declassés* no texto original francês.

Os Fulas eram já conquistadores na Guiné e os portugueses aliaram-se portanto a eles no momento da sua conquista: assim, entre os semi-feudais que caracterizam este grupo, vemos que os maiores chefes e os que os rodeiam são aliados do colonialismo. O seu poder está intimamente ligado ao das autoridades portuguesas.

Também os artesãos são muito dependentes dos seus chefes e vivem geralmente do trabalho que fornecem em benefício do grupo superior, que açambarca o produto. Entre eles, alguns sentem-se satisfeitos com a sua situação, enquanto que outros, pelo contrário, têm tendência para adoptar uma atitude de recusa perante o colonialismo português.

O *dioula*, pelo menos na Guiné, é um indivíduo instável, um vendedor ambulante sem quaisquer prisões, cuja preocupação constante, a finalidade essencial, é a defesa dos seus interesses pessoais. No entanto, a sua mobilidade permanente pôde ser explorada na âmbito do trabalho de mobilização e difusão das aldeias, no início da luta; bastava para isso oferecer-lhe compensações, pois recusava geralmente trabalhar de forma desinteressada.

Considerando a diversidade das estruturas sociais da Guiné (feudais, semi-feudais, etc.) e os diferentes graus de exploração que os caracterizam, o grupo dos camponeses é, evidentemente, o mais interessado na luta. Mas o interesse que revelam não é apenas *objectivo*

As nossas tradições, ou, se preferirem, a nossa superestrutura económica, fazem com que os camponeses fulas e os camponeses semi-feudais tenham muitas vezes tendência para seguir os seus chefes. A sua mobilização exigiu, portanto, um trabalho profundo e intenso. Há ainda vestígios importantes das estruturas que estiveram na origem do animismo entre os muçulmanos dos grupos «sem-Estado», nos Balantas. É preciso acrescentar que a população não é verdadeiramente islâmica mas antes islamizada, e que, embora adoptando certas práticas da religião muçulmana, continua muito impregnada de concepções animistas. Esses grupos «sem-Estado» resistiram muito mais do que os outros aos conquistadores colonialistas e foi no seu seio que encontramos a maior prontidão em aderir ao movimento de libertação nacional, embora para esses camponeses (pois são quase todos camponeses) nem sempre isso se verifique sem dificuldades ou problemas.

A questão de saber se o campesinato representa ou não a principal força revolucionária é de importância capital. E, no que diz respeito à Guiné, devo responder negativamente. Pode assim parecer surpreendente que baseemos no campesinato a totalidade dos esforços da nossa luta armada. Representando todo o país, controlando e produzindo as suas riquezas, é fisicamente muito forte; no entanto, sabemos por experiência quanto nos custou incitá-lo à luta. Na China, por exemplo, a situação do campesinato era fundamentalmente diferente; basta, para nos convenceremos, recordar todas as revoltas em cuja origem esteve esse campesinato. Na Guiné, à parte certas zonas e certos grupos que, desde o início, nos acolheram favoravelmente, tivemos, ao contrário dos comunistas chineses, de conquistar o seu apoio por meio de esforços tenazes.

Na cidade, qual é a posição dos diferentes grupos em relação à luta? A maioria dos europeus, instrumentos humanos do Estado colonial, recusa *a priori* qualquer ideia de libertação nacional e os trabalhadores são os mais obstinados. Não quereria, no entanto, deixar passar em silêncio a grande simpatia que encontramos por vezes da parte dos pequenos burgueses europeus. Quanto à pequena burguesia africana, podemos definir

três sub-grupos: o grupo comprometido ou mesmo profundamente comprometido com o colonialismo, que engloba a maior parte dos funcionários superiores e médios e as profissões liberais; o grupo que chamamos, sem grande legitimidade, a pequena burguesia revolucionária, porque da ideia de nacionalismo passou à de libertação nacional e, por fim, o grupo intermédio, que oscila constantemente entre a libertação e os portugueses. Quanto ao grupo dos assalariados, comparável ao proletariado europeu sem ser exactamente semelhante, a maioria entra na luta, embora alguns, de mentalidade muito pequeno-burguesa, procurem, pelo contrário, defender as suas pequenas conquistas no seio da sociedade. Consciente ou inconscientemente, o grupo dos «marginais» opôs-se francamente à nossa luta e os vagabundos, os desempregados crónicos e as prostitutas serviram mesmo de agentes de informação da polícia portuguesa. Em contrapartida, o grupo difícil de definir de todos esses jovens que, embora conservando íntimas ligações com o campo, foram levados, em contacto com os portugueses, na cidade, a estabelecer comparações entre a vida destes e os sacrifícios inflingidos aos africanos, revelou-se muito dinâmico. Aderiu à luta desde o princípio e saíram das suas fileiras muitos quadros destinados a trabalhar pela libertação.

Por outro lado, na presente etapa, já bastante avançada, começa a surgir progressivamente uma consciência nacional, apesar das nossas divisões étnicas. O racismo deu aos africanos a consciência de si mesmos, o que representa um aspecto muito particular da situação.

O PAPEL DA PEQUENA BURGUESIA

Devemos fazer uma distinção entre a história colonial e a que nos pertence como sociedades humanas: como povos dominados, formamos um conjunto face ao opressor. Mas quando — apesar das diferentes influências sofridas devido aos limites geográficos por vezes absurdos que o colonialismo nos impôs — se desenvolve uma consciência de classe, pode então afirmar-se que todas as camadas sociais são portadoras de história. É impossível, no nosso contexto colonial, que uma só camada social possa realizar a luta contra o colonialismo, porque esta exige a realização efectiva da unidade nacional. Mas a ausência de uma classe social portadora de história poderia ser sinónimo de vácuo; não é o caso. Com efeito, tenho de repetir que é o próprio Estado colonial, mais do que a luta de classes, que dirige a história. O importante é saber quem será capaz, uma vez destruído o poder colonial, de tomar nas suas mãos o aparelho do Estado.

Abordamos agora uma questão técnica: o nosso camponês não sabe ler nem escrever e quase não tem relações com as forças coloniais, excepto o pagamento dos impostos, que, mesmo assim, não paga directamente; a classe operária não existe como classe bem definida, trata-se apenas de um embrião em via de desenvolvimento; finalmente, não há entre nós uma burguesia economicamente válida, porque o imperialismo não permitiu que se formasse. Formou-se, no entanto, ao serviço do próprio colonialismo, uma camada social que é hoje a única capaz de dirigir e utilizar os instrumentos de que se servia o Estado colonial contra o nosso povo: a pequena burguesia africana. No preciso momento em que esta classe, depois da libertação nacional, se apoderar do poder, podemos considerar que regressamos à história; nessa altura, vemos manifestar-se de novo as contradições internas da nossa situação económica e social, condicionadas desta vez, é certo, por diversos factores internos, mas também pelos do exterior. Devemos ter em consideração todos estes condicionamentos no momento em que a nossa pequena burguesia tomar o poder — ignoro em nome de quem, mas o facto é que o tomará. Que atitude adoptar então? A esquerda, o campo socialista em geral, reclama, evidentemente, a revolução; a direita (o imperialismo), a

contra-revolução, a evolução numa via capitalista ou algo semelhante. Entre quantas soluções será ela capaz de escolher? Aliar-se-à ao imperialismo e às camadas reaccionárias do nosso país, a fim de defender a sua própria existência como pequena burguesia, ou, pelo contrário, aliar-se-á, sem ter em consideração as suas relações de força e as suas proporções no seio da população, aos operários e aos camponeses que, por seu lado, têm obrigação de assumir o poder e de o controlar, tendo em vista a revolução? Em suma, que exigimos da pequena burguesia? Que se suicide. Com efeito, a revolução elimina-a do poder, submete-a ao controle dos operários e dos camponeses e põe cobro ao seu regresso para a etapa de burguesia propriamente dita.

Gostaria também de falar da posição dos nossos amigos de esquerda que exigem uma revolução da pequena burguesia que detem o poder. Com efeito, é caso para perguntar se essa esquerda teve o cuidado de analisar a posição da pequena burguesia em questão durante a luta, compreender a sua natureza, o seu funcionamento, e conhecer os seus instrumentos. Comprometeu-se ela perante a esquerda a fazer a Revolução? Nos países capitalistas, por exemplo, a pequena burguesia forma uma camada, uma classe que é útil sem que possa, no entanto, modificar a orientação histórica do país; em África, pelo contrário, é-lhe conferida essa função histórica pela luta que travam os nossos países subdesenvolvidos. Está portanto em condições, visto ter a possibilidade, como referi, de escolher entre dois grupos, de optar pela solução mais inesperada das duas, mas a questão é saber em que condições aceitaria enveredar assim por essa via.

Há outros problemas que merecem igualmente ser focados: por exemplo, o da implantação pela força do colonialismo, cuja conquista se entendia às vezes por dezenas de anos; força e opressão que provocaram imediatamente a união e a restauração de forças opostas que constituem o embrião revolucionário dos nossos países. É necessário constatar que a presença do sistema colonial modificou muito as nossas condições históricas e criou, ou pelo menos provocou, uma resposta de tendência revolucionária. Mas teremos razão em qualificá-la assim? Estaremos todos de acordo em considerar que a luta de libertação nacional é uma revolução? É preciso que nos entendamos sobre os termos e sobre o seu significado, ou sobre o próprio fenómeno em si. Pergunto também a mim mesmo se o movimento de libertação nacional nasceu unicamente no interior das nossas fronteiras e se é o resultado derivado das contradições internas suscitadas pelo colonialismo, ou se foi igualmente determinado por factores externos. Com efeito, tendo em consideração o avanço do socialismo no mundo, esse movimento de libertação não será uma iniciativa imperialista? Será a expressão jurídica utilizada hoje pelos defensores dos direitos à luta de libertação nacional, uma criação ou um produto do povo interessado, ou terá a sua origem nos nossos aliados históricos, os países comunistas?

Os países imperialistas, e, entre eles, Portugal, que utiliza actualmente bombas de napalm para quebrar a nossa resistência, assinaram a Carta das Nações Unidas, que reconhece o direito dos povos à independência. Não estaremos então a considerar como uma iniciativa do nosso povo a do nosso próprio inimigo? Não haverá razão para nos admirarmos com a atitude aparentemente inconsciente deste último, pois seria fácil encontrar inúmeras justificações para a existência dessa Carta: impedir, por exemplo, a extensão do campo socialista, libertar as nossas forças reaccionárias abafadas pelo colonialismo, dar a essas forças a possibilidade de se aliarem à burguesia internacional; mas o objectivo fundamental era provavelmente criar, onde ainda não existisse, uma burguesia destinada a reforçar o campo capitalista. Ao contrário de certas opiniões, consideramos normal, no âmbito geral das lutas contra o imperialismo, o facto da burguesia desses novos países gozar, desde o princípio, do apoio de todo o mundo. E, nessas condições, devemos travar desde o começo uma luta feroz contra a burguesia

nacional ou, pelo contrário, devemos procurar nela toda a aliança possível, aprofundando a contradição absolutamente inevitável entre a burguesia nacional e a burguesia internacional, que levou a primeira à etapa de desenvolvimento de que goza actualmente?

Voltando ao problema da natureza da pequena burguesia e ao papel que deve desempenhar depois da libertação, gostaria de levantar agora um problema simples: que pensariam se Fidel Castro tivesse encontrado um campo de entendimento com os americanos? É possível imaginar semelhante entendimento da parte dessa pequena burguesia cubana actualmente no poder e responsável pelo avanço do povo para a revolução? Responder-me-ão, naturalmente, que a situação de Cuba não permitia encarar tal hipótese: estou de acordo; mas suponhamos, mesmo assim, que as coisas se tivessem passado dessa forma. Qual seria então o resultado? Em qualquer situação se encontram factores positivos e negativos, mas não é possível, no entanto, no âmbito exacto da minha pergunta, determinar a pequena burguesia verdadeiramente revolucionária? Como elemento de análise, poderíamos talvez responder simplesmente: a burguesia honesta, isto é, aquela que, apesar de todas as correntes contrárias, continua a fazer seus os interesses fundamentais das massas populares do seu país. Não há dúvida que, para o conseguir, ela tem de fazer hara-kiri, mas não fica a perder por isso: sacrificando-se pelo seu povo, tem a possibilidade de reincarnar na condição de operários e camponeses.

O NEOCOLONIALISMO: UMA DERROTA PARA O MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL

Depois da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo entra numa nova fase: por um lado, adopta uma nova política de auxílio, ou seja, concede a independência aos países e, por outro lado, concentra os investimentos preferenciais nos países europeus.

Esta atitude foi sobretudo uma tentativa para racionalizar o imperialismo que provocará, a curto ou a longo prazo, se tal já se não verificou, reacções de tipo nacionalista nesses mesmos países europeus. Como vemos, o neocolonialismo (que podemos chamar imperialismo racionalizado) constitui mais uma derrota para a classe operária internacional do que para os povos colonizados.

O colonialismo actua agora simultaneamente em duas frentes, na África e na Europa. A finalidade essencial do auxílio que nos fornece é criar uma falsa burguesia destinada a travar a revolução e ampliar as possibilidades dessa burguesia para que ela se comporte como neutralizante. Quanto aos investimentos de capitais no Ocidente (França, Itália, etc.), visam, quanto a nós, desenvolver e consolidar a aristocracia operária e alargar o campo de acção da pequena burguesia, tendo como consequência um «atraso» muito nítido da revolução. Consideramos que os problemas devem ser considerados sob esse aspecto. Quero afirmar uma vez mais que o imperialismo ou «capitalismo em putrefacção», com a finalidade de se perpetuar, utilizará o instrumento neocolonialista para fazer e desfazer Estados: em seguida, matará os fantoches quando estes se tiverem tornado inúteis e criará, se for necessário, um socialismo que alguns se apressarão a chamar neo-socialismo.

O fenómeno neocolonialista demonstrou-nos que se não deve duvidar da íntima relação que existe entre a nossa luta e a luta da classe operária internacional: mas antes de abordar uma aproximação entre o nosso campesinato e o movimento operário internacional, é necessário tentar multiplicar primeiro os contactos entre esses campesinatos e os nossos próprios assalariados. A já antiga situação colonial da América

Latina e a posição do proletariado norte-americano ilustram igualmente muito bem a ausência desses contactos.

Pensamos também que a esquerda europeia e os movimentos operários internacionais deveriam reconhecer as suas responsabilidades intelectuais no estudo e análise da situação concreta dos nossos países. Essa é precisamente uma contribuição de que necessitamos, porque temos falta de instrumentos para a nossa própria análise; por outro lado, seria necessário apoiar materialmente os movimentos de libertação autenticamente revolucionários. Em resumo: estudo e análise dos movimentos no local, luta por todos os meios possíveis contra tudo o que pode ser utilizado para a repressão contra os nossos povos, e penso principalmente no envio e venda de armas, etc.; gostaria, por exemplo, que os amigos italianos soubessem que nos apossámos de muitas armas italianas que pertenciam aos portugueses, sem falar, naturalmente, das armas francesas. É necessário, por outro lado, desmascarar corajosamente todos os movimentos de «libertação nacional» submetidos ao imperialismo.

Murmura-se que este ou aquele é agente dos americanos, mas nenhuma esquerda europeia adoptou ainda uma atitude aberta e violenta contra essas pessoas. E somos nós, enquanto enfrentamos os portugueses, que somos obrigados a denunciar os homens cuja presença na Europa foi por vezes solicitada pela África, o que nos cria, evidentemente, grande número de problemas.

Acho também que são a esquerda e os movimentos operários internacionais que devem colocar perante as suas responsabilidades os Estados que se proclamam socialistas e denunciar abertamente todos os Estados neocolonialistas.

Parece-me bom lembrar à esquerda ocidental, e principalmente aos seus elementos jovens, que deve preparar-se para uma actividade militante simultaneamente de estudo e de acção concreta em benefício dos países do Terceiro Mundo, quer ela se diga socialista ou o seja realmente.

Gostaria, para terminar, de acrescentar algumas palavras sobre a solidariedade entre os movimentos operários internacionais e a nossa luta de libertação nacional. Das duas uma: ou admitimos que todos estão interessados na luta contra o imperialismo, ou nos recusamos a admiti-lo. Se é verdade, como tudo leva a crer, que existe um imperialismo cujo objectivo é simultaneamente dominar a classe operária mundial e sufocar os movimentos de libertação nacional dos países subdesenvolvidos, devemos ver nele um inimigo comum contra o qual temos de lutar em conjunto. É vão discutir longamente sobre a solidariedade, pois que na realidade se trata de luta. Lutamos de armas na mão na Guiné: lutem, vocês também, não digo de armas na mão, não digo de que maneira, porque o problema é vosso; mas é preciso encontrar o meio e a forma de uma luta contra o inimigo comum; será a melhor forma de solidariedade que podereis dar-nos.

Existem naturalmente outras formas de solidariedade mais secundárias: publicação de artigos, envio de medicamentos, etc.; posso garantir-vos que se um dos vossos países conseguir travar uma luta consequente e se, amanhã, na Europa, se encontrarem em conflito armado contra os imperialistas, também nós vos enviaremos medicamentos. Mas, ainda nesse ponto, é a vós que compete decidir se a coexistência pacífica representa ou não uma forma de luta: o que nós pedimos, em contrapartida, é que nunca seja confundida estratégia geral com tática de luta.

II. Breve análise da estrutura social das Ilhas de Cabo Verde (1)

Também nas Ilhas de Cabo Verde existem dois terrenos sociológicos essenciais que permitem definir as classes sociais do ponto de vista da luta de libertação nacional: o campo e a cidade.

Convém ainda distinguir as ilhas agrícolas das ilhas não agrícolas, assim como as ilhas de grandes propriedades das ilhas de pequenas propriedades.

No domínio rural, a estrutura social do Arquipélago de Cabo Verde, considerado no seu conjunto, apresenta-se assim:

- 1) os grandes proprietários;
- 2) os pequenos proprietários;
- 3) os rendeiros e parceiros (ou meeiros).

Os descendentes dos antigos grandes proprietários (morgados) – filhos mestiços, na sua maior parte, que herdaram as terras dos donatários europeus – perderam progressivamente as suas propriedades, devido à nova política económica do regime de Salazar e à consolidação do colonialismo português.

Esta nova orientação, cujo objectivo era a recuperação, por parte dos colonialistas, das terras que tinham passado para as mãos dos autóctones ao longo de gerações, foi prosseguida através das instituições coloniais de crédito – o Banco Nacional Ultramarino e a Caixa Económica – que, beneficiando das crises agrícolas, açambarcaram as principais propriedades (grandes relativamente às dimensões do Arquipélago) hipotecadas pelos proprietários. Só um número muito reduzido de antigos proprietários autóctones pôde «sobreviver» a esta guerra económica imposta pelos colonialistas. Trata-se, na maior parte dos casos, de descendentes brancos dos antigos proprietários europeus, que fizeram valer, nesta luta, as vantagens trazidas pela sua ascendência. Alguns deles puderam até aumentar as suas propriedades, a quando das crises agrícolas, através de práticas usurárias que utilizaram largamente para açambarcar pequenas propriedades. A usura é, de resto, amplamente praticada por comerciantes abastados, muitos dos quais possuem presentemente propriedades agrícolas.

O grande proprietário é, naturalmente, hostil à ideia de libertação nacional. Está intimamente ligado ao colonialismo, de que constitui um dos suportes.

Os pequenos proprietários, possuindo 1 a 3 hectares, são bastante numerosos. Trata-se de uma camada muito diversificada. Há o pequeno proprietário que vive quase na miséria e aquele que vive numa certa abundância. Distinguem-se entre estes pequenos proprietários três espécies de atitudes relativamente ao movimento de libertação nacional: os que são a favor, os que são contra e os indecisos.

Alguns são favoráveis porque esperam poder aumentar as suas propriedades com a libertação. Outros são contra porque, ciosos das suas propriedades, temem todas as transformações políticas e sociais, especialmente uma eventual liquidação da propriedade privada depois da queda do colonialismo. O terceiro grupo representa aqueles que,

(1) Intervenção na Reunião de quadros realizada em Dakar de 17 a 20 de Julho de 1963.

tendo dúvidas sobre a futura política agrária, mas entendendo-se menos mal com o colonialismo, hesitam ainda na atitude a tomar perante o movimento de libertação nacional.

Adoptando uma atitude ambígua, o pequeno proprietário representa, no campo, a pequena burguesia.

O rendeiro é aquele que paga uma renda fixa ao proprietário da terra que cultiva. Não se trata, pois, de um proprietário. O mesmo sucede com o parceiro, que é um associado do proprietário, com o qual divide as colheitas. Mas, enquanto esta associação torna o parceiro muito dependente do proprietário, o rendeiro goza de uma certa margem de acção, embora viva constantemente ameaçado pelas sanções a que está sujeito se não puder pagar a renda. Com efeito, se não pagar, mesmo em período de crise, tiram-lhe o gado, os utensílios, até as portas, as janelas e o tecto da casa. Por isso, sonha intensamente com uma terra que lhe pertença. No campo, o rendeiro representa uma camada disponível para a luta, a que tem maior consciência da sua razão de lutar e que pode ser mobilizada sob a palavra de ordem «a terra àqueles que a trabalham».

Nas Ilhas de Cabo Verde não existe proletariado rural. Os assalariados agrícolas não são suficientemente numerosos para constituir uma camada social.

No domínio urbano, a estrutura social assemelha-se à das outras colónias portuguesas. Examinemos as suas características:

- a) uma parte importante da população urbana está ligada ao campo;
- b) uma ínfima parte é originária da Europa.

A pirâmide social nas cidades pode ser esquematizada do seguinte modo:

- a) altos funcionários europeus;
- b) altos funcionários cabo-verdianos;
- c) comerciantes e industriais possuindo uma certa riqueza (são em número muito reduzido);
- d) toda uma categoria de empregados (do sector público e comercial);
- e) os trabalhadores assalariados;
- f) uma camada de gente sem trabalho, o povo.

Exceptuando os altos funcionários europeus, e, em geral, todos os empregados europeus (considerados agentes da *classe colonial*), não se pode falar, no domínio urbano, da existência de uma burguesia.

Com efeito, os altos funcionários cabo-verdianos não detêm o capital e, dada a sua posição na produção, só podem integrar-se na «pequena burguesia».

Estes altos funcionários, comprometidos com a administração colonial, só podem manifestar-se contra a ideia de libertação nacional. No entanto, não podemos ignorar que existem sentimentos nacionalistas em certos indivíduos que, muitas vezes, em privado, não os escondem. Com efeito, movidos por ambições pessoais e conscientes dos obstáculos impostos pelo facto colonial, os altos funcionários cabo-verdianos entrevêem

na libertação nacional uma possibilidade de melhor realizarem as suas aspirações sociais. A posição ambígua que, em geral, manifestam para com o nacionalismo, é característica da pequena burguesia em que se integram.

Por outro lado, o grupo dos comerciantes e industriais, muito reduzido, não pode constituir uma classe. Além disso, o seu capital não provem, em geral, de uma acumulação local, dado que a sua situação está dependente da burguesia metropolitana. Apesar de fazerem uma vida burguesa, estes indivíduos não constituem, pelo seu número e atendendo à dependência referida, uma «burguesia nacional». Representam, sim, uma intrusão da burguesia portuguesa no Arquipélago, sob a capa dos elementos autóctones. Como sucede no caso dos altos funcionários cabo-verdianos, não espanta que se verifiquem certos sentimentos nacionalistas em alguns indivíduos desta categoria, que vêem na libertação nacional uma possibilidade de se livrarem da dependência assumida perante a burguesia portuguesa e de desenvolverem as suas próprias empresas, realizando assim as suas aspirações burguesas.

De qualquer modo, a classe dominante nas Ilhas de Cabo Verde é a *classe colonial*. A burguesia que explora a colónia reside em Portugal, os seus representantes situam-se a nível do aparelho repressivo do Estado. Por isso a luta social nas Ilhas de Cabo Verde coincide com a luta nacional. Por outras palavras, o derrubamento do Estado colonial implantado nas Ilhas de Cabo Verde pela classe burguesa portuguesa traduzir-se-á pela libertação nacional e social.

Os empregados – do sector público e comercial – assim como os pequenos comerciantes, os alunos do liceu e todos os indivíduos exercendo profissões liberais, constituem a pequena burguesia.

Os pequenos burgueses recentemente saídos das massas são muito numerosos. Mas, muitas vezes, uma vez conquistada a sua posição, afastam-se das massas.

No entanto, é necessário notar que, mesmo os pequenos burgueses mais abastados, principalmente os membros das profissões liberais e os empregados de certo nível, se sentem oprimidos pelo colonialismo. Na verdade, o europeu – agente da *classe colonial* – ocupa sempre uma posição privilegiada em relação ao cabo-verdiano, mesmo quando o autóctone desempenha um cargo mais elevado na hierarquia administrativa colonial. Assim nasce o descontentamento na pequena burguesia que, em grande parte, vê na liquidação do colonialismo uma condição indispensável da sua promoção.

No entanto, como na Guiné e nas outras colónias, a pequena burguesia do Arquipélago caracteriza-se pela adopção de um comportamento ambíguo perante as transformações políticas e sociais. Podemos, no entanto, distinguir dois tipos:

- a pequena burguesia conservadora;
- a pequena burguesia «rebelde».

É no seio desta última, principalmente nos mais jovens, que surgem elementos cujas aspirações revolucionárias se identificam com as das massas populares.

Não podemos falar de um proletariado cabo-verdiano, pois não existem infra-estruturas suficientemente desenvolvidas para dar lugar à formação de uma classe operária. Apesar de os trabalhadores assalariados, empregados nas companhias coloniais e pequenas indústrias de transformação, venderem a sua força de trabalho – são portanto proletários – não existe um proletariado possuindo consciência de classe. Acrescentem-se as circunstâncias originadas pelo desequilíbrio social e o sub-emprego permanente. No seio desta camada, não são raros os elementos dinâmicos, susceptíveis de integrar a força motriz da luta de libertação.

III. Notas complementares

No decurso o debate geral que se seguiu ao seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, Amílcar Cabral, respondendo às perguntas dos participantes, precisou o seu pensamento sobre a estrutura social, o papel do campesinato e as contradições de classe na Guiné e em Cabo Verde.

O PAPEL SOCIAL DO CAMPESINATO

O camarada Orlando Nhaga chama a nossa atenção para a necessidade de falar da diferença entre a situação dos camponeses na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde. Na sua opinião, os camponeses devem ser considerados, no seu conjunto, como uma só classe, e talvez mesmo como a classe mais importante para a luta do nosso país.

No nosso caso não podemos falar de uma classe de camponeses; não se trata de uma classe. Os camponeses formam uma camada especial. Entre estes *camponeses* – pessoas que vivem no mato, da agricultura –, há pessoas ricas que têm tudo ou quase tudo, mas há outras que não têm nada, que são pobres. Na Guiné há camponeses – por exemplo os do grupo Balanta e outros grupos afins – em que não se encontram classes. Podemos afirmar que são camponeses – gente que cultiva a terra para obter produtos agrícolas, que desempenha um papel na produção do nosso país. Mas não nos podemos limitar ao caso dos Balantas, devemos examinar o caso dos Fulas, dos Mandingas, etc. – todos camponeses; encontraremos então classes dirigentes.

Entre os Fulas e os Manjacos encontra-se, por exemplo, o artesão do campo – mas pomos estes de lado, visto que apenas pretendemos falar dos que cultivam a terra. Os outros são camponeses no sentido que o camarada estudou nos livros, na Europa. Mas os camponeses são, na verdade, todos os que vivem no campo, aqueles cujo trabalho está ligado à terra e que vivem dos seus produtos. No caso da Guiné, podemos afirmar que toda a gente pertence ao campesinato, porque todos vivem do produto da terra. Até o funcionário que ganha o seu salário vive da mancarra, do óleo de palma, etc. porque não existe indústria no nosso país. Todo o rendimento na Guiné provem da terra.

No entanto, devemos evitar cometer o erro de dizer que os camponeses da Guiné formam uma classe.

A contradição principal é a que existe entre as classes dirigentes – Fulas, Manjacos, etc. – e todos os outros. É esta a contradição interna séria que existe na Guiné. Este assunto não foi bem analisado no momento oportuno, mas hoje apercebemo-nos dele claramente. Sendo o campo o elemento essencial, o mais importante na economia da Guiné, esta contradição é também mais importante do que a que existe na cidade entre os chefes de serviços africanos e a massa dos empregados subalternos.

Gostaria de corrigir o camarada num ponto: mesmo se considerarmos a classe dos

camponeses pobres que cultivam a terra e nunca progridem, que são roubados no peso dos produtos, que pagam impostos e taxas aos chefes tradicionais, que trabalham para estes últimos, etc. — esses não constituem a classe mais importante da Guiné. Não é a classe principal da Guiné do ponto de vista histórico, isto é, do ponto de vista da luta, em relação à sociedade em geral. É a classe mais importante, a principal do ponto de vista físico, porque é a mais numerosa. Mas os camaradas que têm participado na mobilização podem falar das dificuldades que encontraram para mobilizar estes camponeses. Ainda hoje, quando alguma coisa não corre bem, fogem e põem-se do lado dos portugueses, mesmo sendo pobres e infelizes.

A classe mais forte, a principal do ponto de vista histórico — e verão isto a pouco e pouco — é, na nossa opinião, apesar de tudo, constituída por aqueles que recebiam um salário, os assalariados. Os assalariados dos barcos, das fábricas, da administração colonial, como os da pequena burguesia, como eu próprio e outros que têm consciência revolucionária e se empenharam muito cedo na luta do povo.

Formulemos a hipótese, do ponto de vista histórico, da seguinte maneira: na nossa terra só há camponeses. Se nenhum de nós tivesse saído das cidades, pensam que a luta teria atingido o estado actual? Se não houvesse toda esta gente das cidades — carpinteiros, mecânicos, motoristas, trabalhadores dos barcos, dos transportes, que foram os primeiros a fazer greve, engenheiros ou empregados que abandonaram os portugueses para se dedicarem ao trabalho de militância, como se apresentaria a luta? Haveria uma luta armada? Devemos pensar em tudo isto.

Vejamos agora o que se passa no campo, nas Ilhas de Cabo Verde. Existe, no Arquipélago, a propriedade privada da terra, enquanto que na Guiné a terra pertence, pelo menos em princípio, à tabanca. É o que se passa com os Balantas e outros povos afins. Não podemos afirmar que uma determinada terra nos pertence e que podemos vendê-la, por exemplo. Entre os Mancanhas pratica-se a troca de terras. Durante alguns anos uma família cultiva a melhor terra, depois troca com — a outra família, para lhe dar a possibilidade de cultivar também a melhor terra. Também trocam de local. Sabemos que em mais de uma tabanca balanta a balanha é dividida pelas famílias que tomaram parte na sua preparação. É evidente que os que se encontram no meio da balanha têm mais sorte, porque de um lado é muito seco e do outro há muita água. Por vezes há desavenças devidas a esta situação.

Mas, nas Ilhas de Cabo Verde, o problema põe-se de um modo diferente. As terras têm um proprietário, porque estas ilhas foram inicialmente concedidas pelo Rei de Portugal a alguns indivíduos, os donatários. Estes repartiram as terras com outros, deram-nas a certas famílias, mas o regime de propriedade privada manteve-se. Em determinada fase da história das Ilhas de Cabo Verde passou-se o seguinte: em Santiago e Santo Antão, por exemplo, surgiram grandes propriedades — muito grandes em relação à exiguidade das ilhas. Mas nas Ilhas de S. Nicolau e Brava, por outro lado, estas propriedades são pequenas e a terra está muito dividida. Cada um tem uma pequena parcela, embora a gente do povo não possua, em geral, nenhuma.

Inicialmente, a terra pertencia apenas aos brancos da Europa. Mas, como muitos destes europeus vieram sózinhos para o Arquipélago, sem família, tiveram de se ligar a mulheres negras. A pouco e pouco foi surgindo uma população mestiça. Quando os primeiros colonos brancos começaram a desaparecer, um certo número de terras passou para as mãos dos mestiços. Em determinada altura, muitas terras do Arquipélago eram propriedade de cabo-verdianos ricos. Citemos, por exemplo, João de Deus Tavares Homem, mestiço que possuía quase metade da Ilha de Santiago. Dizia-se mesmo que viver como os cavalos de João de Deus era uma sorte; de facto, quem vivesse como os seus cavalos levava uma boa vida. Mas, mais tarde, devido às crises, estas propriedades

foram todas compradas pelo Banco a que João de Deus devia dinheiro. Assim, voltou tudo para as mãos dos europeus.

Em princípio, existem, portanto, os grandes proprietários: é uma classe que podemos englobar na dos altos funcionários, quadros do comércio e grandes comerciantes. Há pessoas nas Ilhas de Cabo Verde que desempenham um papel económico semelhante ao de Benjamim Correia na Guiné. Mas, na Guiné, há apenas um Benjamim Correia, enquanto que em Cabo Verde há vários, cinco ou seis, descendentes de portugueses, proprietários, possuindo terras, comércio e pequenas indústrias. Estas famílias formam uma classe.

No campo, existe toda a camada social dos rendeiros – gente sem terras, que as alugam ao Banco,⁽¹⁾ à Caixa Económica ou aos proprietários cabo-verdianos. Esses, ao fim do ano, pagam ao proprietário uma parte do fruto do seu trabalho. E, aos que não pagam, podem ser confiscadas as vacas, por exemplo. Houve casos em que foram retirados os tectos das casas, as portas e as janelas, por não terem sido pagas as rendas, em épocas de crise. Para a luta, esta constitui a principal *classe* nas Ilhas de Cabo Verde. Esta *classe* de camponeses, no verdadeiro sentido da palavra, tem uma forte razão para lutar: não possui terras. E, uma vez que o objectivo da luta é dar a terra aos trabalhadores, têm razões para se empenhar.

Na Guiné esta palavra de ordem não tem sentido. Enquanto que nas Ilhas de Cabo Verde se pode lançar essa palavra de ordem que aprenderam nos livros: «A terra àqueles que a trabalham», na Guiné responder-nos-ão que tomemos um pedaço de terra e nos lancemos ao trabalho. Em Cabo Verde podemos dizer: lutemos, camaradas, porque todos aqueles que se empenharem na luta terão a sua parcela de terra.

Por medo, alguns não se empenharão de imediato, mas têm uma razão profunda para o fazerem. Os camponeses de Cabo Verde têm fome de terra; e têm de pagar caro por cada pedaço de terra que cultivam.

EM QUE TIPO DE SOCIEDADE VIVEMOS?

O camarada Vasco Salvador, na sua intervenção, fez uma pergunta que certamente todos compreenderam. Falámos das sociedades humanas, da sua evolução, e dos problemas que então surgem. Mas ele faz uma pergunta concreta: em que tipo de sociedade vivemos?

Certo. O que caracteriza uma determinada fase na evolução de uma sociedade? Respondi ao camarada que é o desenvolvimento histórico em que se encontra, e que cada fase tem dois aspectos importantes, um determinando o outro. Existe a estrutura económica característica do estado de desenvolvimento da sociedade ou da fase histórica, e existe, resultante desta estrutura, uma superestrutura económica; desta, derivam a situação política, as relações sociais entre as diferentes camadas da sociedade e entre os homens em geral, assim como os seus aspectos culturais.

Ora, se nos lembrarmos bem, cada fase histórica tem um dinamismo, isto é, um movimento que é caracterizado fundamentalmente pela luta de classes no seio desta sociedade. O que é que define essencialmente a estrutura económica? É definida pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo nível atingido por todos os meios de que o homem pode dispôr para criar bens, produzir, e, portanto, para dominar as suas relações com a natureza. E, além do nível de desenvolvimento das forças produtivas, determina-se também a estrutura económica de uma sociedade pelo seu

(1) Banco Nacional Ultramarino

regime ou modo de produção, ou seja, a maneira como os homens se agrupam para produzir e o tipo de relações que existe na produção destes bens. Este modo de produção é caracterizado fundamentalmente pelo regime de propriedade. Vamos, pois, examinar a nossa situação sob estes diferentes aspectos.

Notemos em primeiro lugar que há uma diferença interna entre a situação da Guiné e a de Cabo Verde. Na Guiné, a estrutura económica comporta vários aspectos internos, enquanto que em Cabo Verde esta estrutura é de um só tipo. Mas, como sociedade, Guiné e Cabo Verde encontram-se na mesma situação. Porquê? Porque são colónias. Podemos, pois, responder ao camarada Salvador nestes termos: a nossa situação, como sociedade, é a de uma sociedade colonial.

O que significa que a nossa história fez uma paragem no seu desenvolvimento próprio, interno, natural, normal. As nossas forças produtivas foram dominadas pelo estrangeiro; o seu desenvolvimento tornou-se dependente da vontade e dos interesses das classes estrangeiras e a nossa história tornou-se uma carruagem do comboio da história de Portugal. Mais ainda, a luta de classes no nosso país, mais ou menos desenvolvida, ficou praticamente abafada pela luta fundamental entre a classe dominante da sociedade portuguesa – que é a burguesia capitalista portuguesa integrada ou enfeudada no imperialismo mundial – e a nossa nação, o nosso povo, como se se tratasse de uma classe oprimida pela classe burguesa portuguesa. É por isso que somos, antes de tudo, uma sociedade colonial.

Examinado sob este aspecto, o problema da estrutura económica é caracterizado pela situação da economia do nosso país e, fundamentalmente, pela estrutura económica de Portugal. Por outras palavras, em última análise o nosso país transformou-se completamente numa propriedade da classe burguesa dominante de Portugal. No que diz respeito às forças produtivas, as nossas forças, no conjunto do mundo colonial português, são determinadas pelo estado de desenvolvimento económico de Portugal (considerado como *metrópole*) onde existe um certo tipo de indústria, uma certa situação agrícola, etc. que influenciaram *volens, nolens* o nosso país. Por exemplo, se a agricultura portuguesa produzisse mancarra, os portugueses não nos teriam obrigado a cultivá-la para depois lha podermos vender. Do mesmo modo, foi por na Ilha da Madeira (que é considerada como Portugal propriamente dito) se produzir cana de açúcar, que Portugal impediu o desenvolvimento da cana de açúcar em Cabo Verde e na Guiné. Por Portugal, Madeira e Açores terem possibilidades turísticas, nunca se pensou em desenvolver a indústria do turismo na Guiné e, sobretudo, em Cabo Verde. Estão, pois, a ver que a nossa situação económica, quer o queiramos, quer não, é determinada pelas forças produtivas, pelo estado de desenvolvimento das forças produtivas de Portugal. E o regime de propriedade que vigora na nossa terra confunde-se com uma propriedade da classe burguesa portuguesa. O problema da estrutura económica põe-se deste modo: no seu conjunto, como um bloco em movimento, no quadro da história de todo o mundo.

No que diz respeito ao modo da produção, este é caracterizado pelo regime da propriedade privada, embora não tenhamos grandes capitalistas na nossa terra. Vivemos em regime capitalista, sob o colonialismo português. O que significa que este regime conserva a propriedade privada dos meios de produção (máquinas, terra e outros bens), nas mãos de pessoas ou Companhias, ou, como na situação colonial em geral, através da classe burguesa dominante, isto é, do Estado colonial.

A superestrutura política é a de um Estado colonial. Somos um povo sem autonomia, sem independência, cuja vida quotidiana depende da direcção de um Estado estrangeiro. Um Estado estrangeiro que se instalou no nosso país com as suas tropas, polícia, administradores, chefes de posto, cipaios, prisões e tribunais – instrumentos que constituem um Estado para nos dominar, para manter a situação colonial no nosso país.

É evidente que, apesar de tudo, mesmo numa situação colonial, cada país mantém ainda vestígios da sua própria estrutura, da sua própria vida, das suas condições características. Se atentarmos nas cidades e se considerarmos alguns proprietários, pequenos agricultores como Victor Robalo, Inácio Semedo e outros, a situação de Cabo Verde é comparável à da Guiné. Existe uma pequena burguesia, assalariados e gente sem trabalho. Alguns africanos que pertencem à pequena burguesia desempenham funções de responsabilidade: administradores, sub-directores ou directores de serviço, etc. No campo, alguns elementos podem construir uma pequena burguesia camponesa: pessoas que possuem terras, propriedades agrícolas que exploram, que têm empregados – no entanto, em geral, é a própria família que trabalha.

Mas, se considerarmos a Guiné no seu conjunto, pensamos que há uma diferença. Falámos da situação nas cidades; mas no campo, a situação depende do grupo étnico que considerarmos.

Mas podemos perguntar: a que tipo de sociedade pertence a sociedade Balanta? Está talvez na fase de desagregação do comunismo primitivo, mas muito longe deste. Há quem pense que se trata do comunismo primitivo; mas não se assemelha em nada a este período. Talvez seja a desagregação na sua última fase – mas muito influenciada, nos últimos sessenta ou oitenta anos, pela dominação colonial. A sociedade Balanta, como todas as outras sociedades do nosso país, não conhecia o dinheiro. Foi o colonialismo que introduziu a moeda, o que modificou toda a relação no seio da sociedade.

E a sociedade Fula? À primeira vista, assemelha-se a uma sociedade feudal com chefes, senhores, gente sob as suas ordens, com grupos profissionais que o feudalismo na Europa chamava corporações, com gente que trabalha a terra e que na Europa se chamavam servos. Alguns especialistas da história africana enganaram-se ao pensar que se tratava, na verdade, de feudalismo; assim não é porque há uma diferença fundamental. No feudalismo, os senhores são donos da terra; existe a propriedade privada; na sociedade Fula não existe a propriedade privada. Em princípio, a terra pertence a toda a população e, na melhor das hipóteses, à tabanca. Entre os Fulas, mais claramente ainda do que entre os Manjacos, passa-se o seguinte: o chefe é aquele que Deus encarregou de gerir a terra que pertence a toda a gente. É por isso que, na sociedade Manjaca, por exemplo, que se assemelha à sociedade Fula, ninguém se pode apropriar de uma terra para a cultivar sem o consentimento do chefe. Antes do trabalho agrícola, o chefe preside a certas cerimónias e toda a gente é obrigada a dar uma parte da sua produção ao chefe, porque ele é o representante de Deus que vela pela utilização da terra no mundo.

Ora, este tipo de sociedade em que a superestrutura se assemelha à do feudalismo, enquanto que, a nível da infra-estrutura, não existe propriedade privada da terra, mas sim, como princípio idealista, a propriedade colectiva da terra, não tem uma designação precisa. Há quem lhe chame semifeudalismo, o que não quer dizer nada – além de estabelecer uma comparação com a Europa. Outros chamam-lhe modo de produção asiático; mas há dúvidas quanto a uma designação adequada. Trata-se de uma situação diferente. É mais importante conhecer exactamente a natureza desta sociedade do que rotulá-la.

Apesar do esquema geral da evolução das sociedades ser semelhante em toda a parte – referimo-nos às leis gerais que regem o seu desenvolvimento, independentemente do tipo de gente, e da terra –, devemos notar que as sociedades têm aspectos particulares, específicos, e há casos em que, numa determinada sociedade, uma fase se prolonga por mais tempo do que numa outra. Depende em larga medida da força e da rapidez do desenvolvimento das forças produtivas e também da força e da permanência no espírito das pessoas das superestruturas precedentes. É interessante notar que, na

relação entre a estrutura económica e a superestrutura, se passa o seguinte: a infra-estrutura económica influencia a cultura, por exemplo, mas podemos modificar a infra-estrutura e, durante muito tempo ainda, as pessoas continuam a actuar como se vivessem na estrutura anterior. A este fenómeno chamamos a *permanência das características da superestrutura anterior*.

As lições positivas e negativas da revolução africana

I. Uma crise de conhecimento (1)

A nossa II Conferência, realizada em Tunis, constituiu a abertura do «Ano Africano». Em 1960 os povos africanos obtiveram muitas vitórias.

Durante estes últimos catorze meses os países africanos realmente independentes fizeram consideráveis progressos no que respeita à consolidação da sua independência; vários países adquiriram autonomia política; os povos que se encontram ainda sob a dominação colonial clássica reforçaram a luta de libertação; o heróico povo da Argélia fez mais uma vez com que a história desse um passo em frente; e, no plano internacional, um dinamismo político não totalmente desprovido de contradições, mas muitas vezes proveitoso, alcançou resultados excelentes, entre os quais salientamos os da Conferência histórica de Casablanca e a importante resolução da XV Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhecendo o direito dos povos coloniais à independência.

No entanto, 1960 não perderá a sua qualificação de Ano Africano se atendermos também aos insucessos verificados e aos erros cometidos. Pelo contrário, a análise concreta destes insucessos e erros — das suas causas, natureza e efeitos — reforça o carácter africano do ano de 1960.

Muitos povos viram as suas aspirações ridicularizadas por uma independência nominal, e foram submetidos a uma nova forma de colonialismo. O povo da África do Sul, assim como os povos da nossa terra, de Angola e de Moçambique e das outras colónias portuguesas, continuam submetidos à mais violenta exploração e à mais bárbara repressão colonial. Lutas intestinas marcaram a existência de alguns povos africanos e criam obstáculos à indispensável unidade nacional. A prática da solidariedade africana foi muitas vezes caracterizada pela falta de iniciativa, por uma certa hesitação e até por uma improvisação que os nossos inimigos souberam explorar em seu favor. E talvez a mais consequente, e certamente a mais dramática das derrotas, e também dos erros que sofremos e continuamos a sofrer, foi o caso do Congo, cujo trágico desenlace foi o assassinato de Patrice Lumumba.

Se as vitórias devem ser uma razão de orgulho e um estímulo para a marcha dos nossos povos para o progresso, a tomada de consciência das nossas derrotas e dos nossos erros, através de uma análise lúcida e de uma crítica justa, deve reforçar a nossa luta, enriquecer a nossa experiência e, portanto, tornar mais viáveis e mais seguras as vitórias futuras.

(1) Discurso proferido na III Conferência dos Povos Africanos realizada no Cairo, de 25 a 31 de Março de 1961.

Na verdade, estas derrotas e estes erros ensinaram-nos muitas coisas importantes. Actualmente, conhecemos melhor os nossos amigos e a natureza, as forças e as formas de acção dos nossos inimigos, a eficácia e a ineficácia dos meios de acção a que podemos recorrer. Sabemos qual é a capacidade da ONU e quais são as funções do seu secretário geral; e — o que não é menos importante — conhecemos a partir de agora a nossa própria natureza. Podemos afirmar que o ano de 1960, mais precisamente o drama do Congo, devolveu à África as suas dimensões humanas.

Perante as vitórias, como perante os erros, não devemos esquecer que nenhum dos nossos inimigos foi real e totalmente vencido e expulso de África. Os colonialistas-fascistas portugueses massacram os povos de Angola, da Guiné e de Moçambique; os racistas-fascistas da África do Sul reforçam constantemente a odiosa política de *apartheid*; os colonialistas belgas tornaram a pôr no solo do Congo o único pé que tinham sido forçados a retirar; os imperialistas e colonialistas ingleses redobram de imaginação e cinismo, procurando manter a dominação total na África oriental e a dominação económica nas colónias da África ocidental; os imperialistas e colonialistas franceses matam populações sem defesa na Argélia, fazem explodir bombas atómicas no solo africano, tentam criar um novo absurdo geográfico, histórico e técnico — o Sara «provincia francesa» — e reforçam a sua dominação económica sobre alguns dos nossos povos; os imperialistas americanos saem da sombra e, espantados perante a fraqueza dos seus parceiros, procuram, com mais ou menos discrição, substituí-los.

Os nossos inimigos estão firmemente decididos a desferirem-nos golpes mortais e a transformar as nossas vitórias em derrotas. Sabem, para atingir este fim, utilizar o instrumento mais indicado: os traidores africanos. Esta é uma verdade tornada evidente pela nossa luta: apesar das forças armadas os imperialistas não dispensam os traidores. Chefes tradicionais e bandidos durante a escravatura e as guerras de conquista colonial; polícias, agentes e soldados mercenários durante o período áureo do colonialismo; pretensos chefes de Estado e ministros na época do neocolonialismo. Os inimigos dos povos africanos são poderosos e astuciosos e podem sempre dispôr de lacaios fiéis, porque os *Quisling* não são um privilégio da Europa.

Mas a nossa luta é um facto concreto e nada poderá deter a marcha dos nossos povos para o progresso e a felicidade. É a marcha da história. No entanto, se queremos neutralizar a acção retardadora pretendida pelos nossos inimigos e seus lacaios, devemos reforçar os meios de acção e a vigilância da revolução africana. Procuremos ser precisos. Para nós, *revolução africana* significa transformação da vida económica actual das sociedades africanas no sentido do progresso. Esta transformação exige, como condição prévia, a liquidação da dominação económica estrangeira. *Reforçar os meios de acção* significa desenvolver os meios eficazes e criar outros, na base do conhecimento da realidade concreta de África e de cada país africano, e do conteúdo universal das experiências adquiridas noutros meios e por outros povos. *Vigilância* significa selecção rigorosa dos aliados, fiscalização e luta permanente contra os inimigos (externos e internos), neutralização ou liquidação de todos os factores contrários ao progresso.

Não devemos esquecer que a revolução africana está ao serviço da paz e do progresso de toda a humanidade. Quando os povos africanos tiverem tomado nas suas mãos, explorarem e desenvolverem racionalmente todas as riquezas materiais e humanas da sua terra, terão contribuído decisivamente para a paz mundial, para o desaparecimento total do imperialismo. Terá sido também uma contribuição eficaz para o progresso da humanidade, porque nós também fazemos parte da humanidade e porque a liquidação do imperialismo em África, como condição de segurança para os povos amantes da paz, facilitará a emancipação social e política de amplas massas populares dos países imperialistas e colonialistas.

Temos, pois, aos ombros, pesadas responsabilidades perante nós próprios, perante o mundo e perante a história. Os olhos que nos observam, os ouvidos que nos ouvem e as cabeças e as mãos que nos auxiliam — assim como as armas que nos matam — também estão conscientes das nossas responsabilidades, do papel que nós, povos subdesenvolvidos, sem bombas atômicas e sem satélites artificiais, podemos e devemos desempenhar na evolução actual da vida humana.

A nossa tarefa não é fácil. Temos de fazer frente e ultrapassar muitas dificuldades, tanto derivadas das tradições da nossa vida e do nosso desenvolvimento, como criadas ou impostas pelos inimigos do progresso dos povos. Actualmente, uma dificuldade principal — a da conquista da autonomia política — foi já ultrapassada, apesar da permanência de algumas zonas de colonialismo clássico que têm os dias contados. Pensamos que, presentemente, as maiores dificuldades dizem respeito à conquista da independência económica, à consolidação da independência nacional, à luta contra o neocolonialismo.

A velocidade e a multiplicidade de aspectos que a revolução africana tomou — assim como as manobras e as maquinações tecidas pelos nossos inimigos — estão na base destas dificuldades. Em certos países a luta de libertação não pôde atingir um carácter revolucionário. O balanço positivo do ano de 1960 não pode fazer esquecer a realidade de uma crise da revolução africana. É precisamente a existência desta crise e a certeza de que é possível resolvê-la que dão uma importância extraordinária a esta Conferência.

Qual a natureza desta crise? Pensamos que, longe de ser uma crise de crescimento, se trata de uma crise de conhecimento. Em vários casos, a prática da luta de libertação e as perspectivas do futuro apresentam-se, não só desprovidas de uma base teórica, como também mais ou menos desligadas da realidade concreta do meio. As experiências locais, tal como as de outros meios, dizendo respeito à conquista da independência nacional, à unidade nacional e às bases para a construção do progresso, foram ou são esquecidas.

No entanto, as condições históricas dos nossos dias são muito favoráveis à marcha vitoriosa da revolução africana. Para actuar de acordo com estas condições favoráveis, que também foram criadas por nós, parece-nos que, entre as necessidades a satisfazer, as três que se seguem são as mais importantes:

- a) conhecimento concreto da realidade de cada país e de África, assim como das experiências respeitantes aos outros povos;
- b) elaboração, em bases científicas, dos princípios que devem orientar a marcha dos nossos povos para o progresso (luta de libertação e reconstrução económica);
- c) definição das medidas práticas a adoptar em cada caso particular.

Todos poderão facilmente ver em que medida estas necessidades respondem à natureza e à origem dos principais problemas que enfrentamos e com que nos deparamos.

II. A revolução africana (1)

O exame da história dos povos africanos demonstra que estes nunca deixaram de lutar com todas as suas forças contra a dominação estrangeira. A luta pela liberdade e contra a dominação estrangeira é um factor concreto e permanente da tradição histórica dos povos do continente africano. Realizada sob diversas formas, confirma a inalienável vocação destes povos para determinarem o seu próprio destino — livres e independentes de pressões estrangeiras. O direito à autodeterminação e à independência traduz, sem dúvida, a combatividade tradicional e sempre manifesta dos povos africanos contra a dominação estrangeira.

Na verdade, a dominação, a pilhagem e a exploração dos africanos e de África pelas potências colonialistas só tomaram grandes proporções quando os países imperialistas, sob a direcção e a inspiração das potências europeias, puseram em prática a formação de uma frente imperialista mundial contra os povos africanos. A Conferência de Berlim, em 1885, foi uma etapa decisiva na sujeição de África ao imperialismo. Apesar da superioridade técnica dos países imperialistas, baseada, de resto, no monopólio europeu dos valores criados pelas civilizações milenárias de África e da Ásia, a dominação estrangeira nunca foi total.

Os povos africanos nunca deixaram de manifestar o seu ódio pela dominação estrangeira. É esta a gloriosa tradição dos povos de África no que respeita à dominação estrangeira.

A luta de libertação dos povos africanos está, pois, na base desta tradição, na base deste ódio activo para com a dominação estrangeira, que adquiriu novas formas nesta fase decisiva da evolução do mundo.

Basta observar o mapa político da África actual para reconhecer que já foram obtidas grandes vitórias pelos povos africanos. Mas também basta ter seguido com atenção os acontecimentos fulcrais desta luta para reconhecer que muitos e grandes erros se cometeram. O ano de 1960 — Ano de África — é fértil em exemplos de vitórias e erros da luta de libertação dos povos africanos.

(...)

Actualmente, o nosso problema fundamental consiste em resolver a contradição principal da nossa vida, a contradição entre os interesses dos nossos povos e os dos colonialistas portugueses. O que significa que, tanto no plano nacional como no plano africano, o nosso problema é o da liquidação urgente e total da dominação portuguesa na Guiné e em Cabo Verde. Para resolver este problema, iniciámos uma luta de morte, realizada em condições particularmente difíceis se atendermos à natureza do colonialismo português.

Estamos firmemente decididos a libertarmo-nos do jugo colonialista e imperialista, mesmo sem nenhum auxílio. Estamos conscientes de que o nosso combate é o de todos os povos submetidos à dominação estrangeira, seja qual fôr a forma desta dominação. Considerando as condições particularmente difíceis da nossa luta, contamos em

(1) Extracto do Relatório Geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dacar de 12 a 14 de Julho de 1961. (Ver página 67)

particular com o apoio e ajuda concreta dos povos africanos e, especialmente, dos países vizinhos.

Sendo a luta pela independência nacional a nossa preocupação principal, não podemos esquecer que a independência é apenas um dos meios necessários para a construção do progresso dos nossos povos. Através da luta de libertação devemos encarar o problema do futuro dos nossos povos, a sua evolução económica, social e cultural na via do progresso. Esta evolução e o futuro devem ser examinados no contexto africano, porque a Guiné e Cabo Verde são partes integrantes de África e nós somos povos africanos.

Estamos convencidos de que as conquistas do homem no domínio da ciência e da técnica, assim como no da história, da economia, da sociologia e das relações entre os povos permitem dispôr de meios de pensamento e de acção eficazes para o desenvolvimento dos recursos naturais e humanos de qualquer país, e a construção da paz, do bem-estar e do progresso para todos. Amplas massas populares exploradas e submetidas, como os povos da Guiné e de Cabo Verde, à miséria, à ignorância e ao medo, reconquistaram a sua dignidade humana e criaram as bases necessárias ao progresso económico, social e cultural. A moral dos nossos tempos — internacional, política e social — condenou definitivamente a dominação estrangeira sob todas as formas, e reconheceu a todos os povos o direito de decidirem do seu destino. A necessidade e a fatalidade da completa liquidação da exploração do homem pelo homem são cada vez mais evidentes. À medida que o indomável vento do nacionalismo varre os continentes, em particular a África, e faz surgir novos países, a colaboração e até a associação entre as nações vão-se revelando sempre como uma condição favorável, senão essencial, para a segurança e o mais rápido progresso dos povos.

Com base nesta realidade objectiva e nos princípios da sua evolução, queremos construir um futuro digno, de trabalho, de desenvolvimento, de justiça e de progresso: pretendemos uma evolução rápida, condicionada pelas realidades concretas do nosso país, da África e do mundo.

Somos pela colaboração fraterna entre os povos africanos e contra os nacionalismos mesquinhos que não servem os verdadeiros interesses do povo. Na nossa opinião, a soberania nacional deve ser definida em função dos factores determinantes do progresso real de cada povo, da vitória sobre o subdesenvolvimento económico, da possibilidade de criar meios materiais e humanos indispensáveis à construção pacífica do bem-estar e da felicidade de todos.

Uma análise concreta da realidade africana, das particularidades geográficas, históricas e mesmo étnicas que caracterizam a África, permite admitir que novas formas de existência económica, política e social estão em desenvolvimento no continente. Estas novas formas, ainda em embrião, definir-se-ão progressivamente, através de contradições e até de conflitos, na sua estrutura e talvez até na sua originalidade. A rapidez deste desenvolvimento e do sucesso da estruturação definitiva das novas sociedades africanas depende principalmente do estudo concreto dos factores em questão, da medida em que este estudo fôr feito em bases científicas, da capacidade de saber aliar, na transformação de cada factor principal e no conjunto, a teoria à prática e esta àquela. Não devemos esquecer que, quaisquer que sejam as particularidades do caso africano e a possível originalidade das sociedades africanas, as leis do seu desenvolvimento são as mesmas que nas outras sociedades humanas.

Somos pela unidade africana, à escala regional ou continental, como meio necessário para a construção do progresso dos povos africanos, para garantir a segurança e a continuidade deste progresso. Estamos convencidos de que o problema da unidade africana deve ser encarado com todo o sentido das realidades e que não se realizará de um

dia para o outro, mas sim por fases. A liquidação total do colonialismo e das suas sequelas, a conquista prévia da independência nacional de cada país ou colónia, a transformação das estruturas económicas e sociais e a aproximação das novas estruturas criadas nos países, deverão, na nossa opinião, constituir a base fundamental da realização da unidade africana. Não devemos esquecer que a característica essencial da história dos nossos dias, a situação concreta de África e a experiência já vivida pela evolução africana exigem, para além da liquidação total e definitiva do colonialismo, a construção do progresso do povo. Estamos convencidos de que, se o progresso não se pode concretizar sem a liquidação total do colonialismo e das suas sequelas, sem uma independência real, também é certo que os povos africanos não poderiam compreender esta independência se tivessem de continuar a levar uma vida miserável e cheia de sofrimentos. Falamos apenas em nome da Guiné «portuguesa» e das Ilhas de Cabo Verde, porque estamos certos de que estes povos querem acabar rapidamente com a exploração, a miséria, a ignorância e o medo. E por isso que lutam contra o colonialismo.

A união das forças materiais e humanas dos países africanos criará condições favoráveis à construção do progresso, se os povos vierem a ser senhores do seu destino. E com tristeza que assistimos a divisões, querelas e desentendimentos entre países africanos. Desejamos ardentemente que os dirigentes africanos, com base nos interesses fundamentais de África, consigam harmonizar os seus pontos de vista, acabem com as querelas que os separam e se unam firmemente contra todos os inimigos dos povos africanos. Vemos com entusiasmo todas as tentativas ou realizações tendentes à aproximação e colaboração fraternal entre os países africanos.

A situação geográfica dos nossos países, a condição colonial que nos é imposta e da qual vamos sair, a história e até a origem étnica de uma parte da nossa população confere um carácter particular às nossas relações actuais e futuras com os povos irmãos nossos vizinhos. O direito sagrado dos nossos povos à autodeterminação e à independência obriga-nos a contribuir o melhor possível para a consolidação da independência e para a construção pacífica do progresso da região africana a que pertencemos. Queremos ser um traço de união entre os nossos irmãos, porque, se o passado separou os povos africanos, o presente e o futuro devem uni-los. Estamos dispostos a trabalhar para esta união!

No que diz respeito aos conflitos internacionais, a que devemos estar atentos, estamos convencidos de que a nossa luta de libertação representa uma tomada de posição. A definição de uma política no plano internacional será da competência dos dirigentes dos nossos países. No entanto, como combatentes contra o colonialismo e o imperialismo, estamos firme e necessariamente ao lado de todas as forças anti-imperialistas e anticolonialistas de todos os países. Na actual fase da nossa luta, todos os que forem contra os colonialistas portugueses, pelo direito dos nossos povos à autodeterminação e à independência, são nossos amigos e aliados. Todos aqueles que, aberta ou veladamente, derem o seu apoio aos colonialistas portugueses, contra o direito sagrado dos nossos povos à autodeterminação e à independência, são nossos inimigos e aliados do nosso principal inimigo.

Tanto no plano nacional como no plano internacional, o nosso inimigo é único: os colonialistas e as forças que os apoiam. O nosso objectivo é único: liquidar totalmente a dominação estrangeira nos nossos países.

É à volta deste objectivo sagrado que devemos congregar todas as nossas forças e concentrar todos os apoios e auxílios, para acelerarmos a libertação dos nossos povos do odioso jugo colonialista.

A arma da teoria

I. Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social (1)

Os povos e as organizações nacionalistas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe mandaram as suas delegações a esta Conferência por duas razões principais: primeiro, porque queremos estar presentes e tomar parte activa neste acontecimento transcendente da História da Humanidade; segundo, porque era nosso dever político e moral trazer ao povo cubano, neste momento duplamente histórico – 7.º aniversário da revolução e primeira Conferência Tricontinental – uma prova concreta da nossa solidariedade fraternal e combativa.

Permitam-me portanto, que, em nome dos nossos povos em luta e em nome dos militantes de cada uma das nossas organizações nacionais, enderece as mais calorosas felicitações e saudações fraternais ao povo desta Ilha Tropical, pelo 7.º aniversário do triunfo da sua revolução, pela realização desta Conferência na sua bela e hospitaleira capital e pelos sucessos que tem sabido alcançar no caminho da construção duma vida nova que tem como objectivo essencial a plena realização das aspirações à liberdade, à paz, ao progresso e à justiça social de todos os cubanos. Saúdo em particular o Comité Central do Partido Comunista Cubano, o Governo Revolucionário e o seu leader exemplar – o Comandante Fidel Castro – a quem exprimo os nossos votos de sucessos contínuos e de longa vida ao serviço da Pátria Cubana, do progresso e da felicidade do seu povo, ao serviço da Humanidade.

Se algum ou alguns de nós, ao chegar a Cuba, trazia no seu espírito alguma dúvida sobre o enraizamento, a força, o amadurecimento e a vitalidade da Revolução Cubana, essa dúvida foi destruída pelo que já tivemos ocasião de ver. Uma certeza inabalável acalenta os nossos corações e encoraja-nos nesta luta difícil mas gloriosa contra o inimigo comum: nenhuma força do mundo será capaz de destruir a Revolução Cubana, que, nos campos e nas cidades, está criando não só uma vida nova, mas também – o que é mais importante – um Homem novo, plenamente consciente dos seus direitos e deveres nacionais, continentais e internacionais. Em todos os campos da sua actividade, o povo cubano realizou progressos importantes nos últimos sete anos, em particular no ano findo – o Ano da Agricultura. Esses progressos estão patentes tanto na realidade material e quotidiana como no homem e na mulher cubanos, na confiança tranquila do

(1) Discurso pronunciado, em nome dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, na 1.ª Conferência de solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (Havana, 3 a 14 de Janeiro de 1966), na sessão plenária de 6 de Janeiro.

seu olhar face a um mundo em efervescência, onde as contradições e as ameaças, mas também as esperanças e as certezas, atingiram um nível nunca antes igualado.

Do que já vimos e estamos a aprender em Cuba, queremos referir aqui uma lição singular na qual nos parece estar um dos segredos, se não o segredo, daquilo a que muitos não hesitariam em chamar «o milagre cubano»: a comunhão, a identificação, o sincronismo, a confiança recíproca e a fidelidade entre as massas populares e os seus dirigentes. Quem assistiu às grandiosas manifestações destes últimos dias e, em particular, ao discurso do Comandante Fidel Castro no acto comemorativo do 7.º aniversário, terá medido, como nós, em toda a sua grandeza, o carácter específico – talvez decisivo – deste factor primordial do sucesso da Revolução Cubana. Mobilizando, organizando e educando politicamente o povo, mantendo-o em permanente conhecimento dos problemas nacionais e internacionais que interessam a sua vida, e levando-o a participar na solução desses problemas, a vanguarda da Revolução Cubana, que cedo compreendeu o carácter indispensável da existência dinâmica dum Partido forte e unido, soube não só interpretar justamente as condições objectivas e as exigências específicas do meio, mas também forjar a mais poderosa das armas para a defesa, a segurança e a garantia da continuidade da Revolução: *a consciência revolucionária das massas populares* que, como se sabe, não é nem nunca foi espontânea em parte alguma do mundo. Cremos que esta é mais uma lição para todos, mas particularmente para os movimentos de libertação nacional e, em especial, para aqueles que pretendem que a sua revolução nacional seja uma Revolução.

Alguns não deixarão de lembrar que, embora constituindo uma minoria insignificante, muitos cubanos não comungaram nas alegrias e esperanças das festas do sétimo aniversário, porque são contra a Revolução. Nós lembramos que é possível que vários outros não estejam presentes nas comemorações do próximo aniversário, mas queremos afirmar que interpretamos a política da «porta aberta para a saída dos inimigos da Revolução» como uma lição de coragem, de determinação, de humanismo e de confiança no povo, como mais uma vitória política e moral sobre o inimigo. E garantimos àqueles que, dum ponto de vista amigo, se preocupam com os perigos que essa saída possa representar, que nós, os povos dos países africanos ainda parcialmente ou totalmente dominados pelo colonialismo português, estamos prontos para mandar para Cuba tantos homens e mulheres quantos sejam necessários para compensar a saída daqueles que, por razões de classe ou de inadaptação, têm interesses e atitudes incompatíveis com os interesses do povo cubano.

Repetindo o caminho outrora doloroso e trágico dos nossos antepassados (nomeadamente da Guiné e Angola) que foram transplantados para Cuba como escravos, viremos hoje como homens livres, como trabalhadores conscientes e como patriotas cubanos, para exercer uma actividade produtiva nesta sociedade nova, justa e multi-racial; para ajudar a defender com o nosso sangue as conquistas do povo de Cuba. Mas viremos também para reforçar tanto os laços históricos, de sangue e de cultura que unem os nossos povos ao povo cubano, como essa desconcentração mágica, essa alegria visceral e esse ritmo contagioso que fazem da construção do socialismo em Cuba um fenómeno novo à face do mundo, um acontecimento único e, para muitos, insólito.

*

* *

Não vamos utilizar esta tribuna para dizer mal do imperialismo. Diz um ditado africano muito corrente nas nossas terras – onde o fogo é ainda um instrumento importante e um amigo traiçoeiro – o que prova o estado de subdesenvolvimento em que

nos vai deixar o colonialismo – diz esse ditado que «quando a tua palhota arde, de nada serve tocar o tam-tam». A dimensão tricontinental, isso quer dizer que não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo. Para nós, o pior ou o melhor mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar. É o que estamos a fazer e faremos até a liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas.

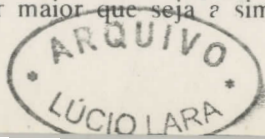
Vimos aqui decididos a informar esta Conferência, o mais detalhadamente possível, sobre a situação concreta da luta de libertação nacional em cada um dos nossos países e, em particular, naqueles em que há luta armada. Fá-lo-emos perante a Comissão própria e também por meio de documentos, de filmes, de fotografias, de contactos bilaterais e dos órgãos de informação cubanos, no decurso da Conferência.

Pedimos permissão para utilizar esta oportunidade duma maneira que consideramos mais útil. Na verdade, viemos a esta Conferência convencidos de que ela é uma oportunidade rara para uma ampla troca de experiências entre os combatentes duma mesma causa, para o estudo e a resolução de problemas centrais da nossa luta comum, visando não só o reforço da nossa unidade e solidariedade, mas também a melhoria do pensamento e da acção de cada um e de todos, na prática quotidiana da luta. Por isso, se pretendemos evitar tudo quanto possa representar perda de tempo, estamos no entanto firmemente decididos a não permitir que quaisquer factores estranhos, ou não directamente ligados aos problemas que nos devem preocupar aqui, venham perturbar as possibilidades de êxito desta Conferência. Temos razões bastantes para afirmar que esta é igualmente a posição de todos os outros movimentos de libertação nacional presentes a esta Conferência.

A nossa Agenda de trabalhos inclui temas cuja importância e acuidade estão fora de discussão, e nos quais sobressai uma preocupação dominantes: a *luta*. Observamos contudo que um tipo de luta, quanto a nós fundamental, não está mencionado expressamente nessa Agenda, embora tenhamos a certeza de que está presente no espírito dos que a elaboraram. Queremos referir-nos à *luta contra as nossas fraquezas*. Admitimos que os outros casos sejam diferentes do nosso, mas a nossa experiência nos ensina que, no quadro geral da luta que travamos quotidianamente, sejam quais forem as dificuldades que nos cria o inimigo, essa é a luta mais difícil tanto no presente como para o futuro dos nossos povos. Ela é a expressão das contradições internas da realidade económica, social e cultural (portanto, histórica) de cada um dos nossos países. Estamos convencidos de que qualquer revolução, nacional ou social, que não tenha como base fundamental o conhecimento adequado dessa realidade, corre fortes riscos de insucesso, se não estiver votada ao fracasso.

AUSÊNCIA DE IDEOLOGIA

Quando o povo africano afirma, na sua linguagem chã, que «por mais quente que seja a água da fonte, ela não coze o teu arroz», enuncia, com chocante simplicidade, um princípio fundamental não só da física como da ciência política. Sabemos com efeito que a orientação (o desenvolvimento) dum fenómeno em movimento, seja qual for o seu condicionamento exterior, depende principalmente das suas características internas. Sabemos também que, no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios. Vale a pena lembrar nesta ambiência tricontinental, onde as experiências abundam e os exemplos não escasseiam, que, por maior que seja a similitude dos casos em presença e a



identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e sê-lo-ão cada dia mais) um produto de elaboração local – nacional – mais ou menos influenciável pela acção dos factores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de vária ordem que caracterizam essa realidade. O sucesso da revolução cubana, que se desenvolve apenas a 90 milhas da maior força imperialista e antisocialista de todos os tempos, parece-nos ser, no seu conteúdo e na forma como tem evoluído, uma ilustração prática e convincente da validade do princípio acima referido.

Devemos, no entanto, reconhecer que nós próprios e os outros movimentos de libertação em geral (referimo-nos sobretudo à experiência africana) não temos sabido dar a devida atenção a este problema importante da nossa luta comum.

A deficiência ideológica, para não dizer a falta total de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional – que tem a sua justificação de base na ignorância da realidade histórica que esses movimentos pretendem transformar – constitui uma das maiores senão a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo. Cremos, no entanto, que já foram acumuladas experiências bastantes e suficientemente variadas para permitir a definição dum linha geral de pensamento e de acção visando a eliminar essa deficiência. Por isso, um amplo debate sobre essa matéria poderia ser de utilidade e permitir a esta Conferência dar uma contribuição valiosa para a melhoria da acção presente e futura dos movimentos de libertação nacional. Seria uma forma concreta de ajudar esses movimentos e, em nossa opinião, não menos importante do que os apoios políticos e as ajudas em dinheiro, armas e outro material.

É na intenção de contribuir, embora modestamente, para esse debate, que apresentamos aqui a nossa opinião sobre *os fundamentos e objectivos da libertação nacional relacionados com a estrutura social*. Essa opinião é ditada pela nossa própria experiência de luta e pela apreciação crítica das experiências alheias. Aqueles que verão nela um carácter teórico, temos de lembrar que toda a prática fecunda uma teoria. E que, se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem teoria revolucionária.

A LUTA DE CLASSES

Aqueles que afirmam – e quanto a nós com razão – que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo). Com efeito, na evolução geral da humanidade e de cada um dos povos nos agrupamentos humanos que a constituem, as classes não surgem nem como um fenómeno generalizado e simultâneo na totalidade desses agrupamentos, nem como um todo acabado, perfeito, uniforme e espontâneo. A definição das classes no seio dum agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos. Quer dizer: o fenómeno socioeconómico *classe surge* e desenvolve-se em função de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção. Esse desenvolvimento opera-se lenta, desigual e gradualmente, por acrésci-

mos quantitativos, em geral imperceptíveis, das variáveis essenciais, os quais conduzem, a partir de certo *momento* de acumulação, a transformações qualitativas que se traduzem no aparecimento da classe, das classes e do conflito entre classes.

Factores exteriores a um dado conjunto socioeconómico em movimento podem influenciar mais ou menos significativamente o processo de desenvolvimento das classes, acelerando-o, atrasando-o ou até provocando nele regressões. Logo que cesse, por qualquer razão, a influência desses factores, o processo retoma a sua independência, e o seu ritmo passa a ser determinado não só pelas características internas próprias do conjunto, mas também pelas resultantes do efeito sobre ele causado pela acção temporária dos factores externos. No plano estritamente interno, pode variar o ritmo do processo, mas ele permanece contínuo e progressivo, sendo os avanços bruscos só possíveis em função de aumentos ou alteração bruscas – mutações – no nível das forças produtivas ou no regime da propriedade. A estas transformações bruscas operadas no interior do processo de desenvolvimento das classes como resultado de mutações no nível das forças produtivas ou no regime de propriedade, convencionou-se chamar, em linguagem económica e política, *revoluções*.

Vê-se, por outro lado, que as possibilidades de esse processo ser influenciado significativamente por factores externos, em particular pela interacção de conjuntos humanos, foi grandemente aumentada pelo progresso dos meios de transporte e de comunicações que veio criar o mundo e a humanidade, eliminando o isolamento entre os agrupamentos humanos duma mesma região, entre regiões dum mesmo continente e entre os continentes. Progresso que caracteriza uma longa fase da história que começou com a invenção do primeiro meio de transporte, se evidenciou já nas viagens púnicas e na colonização grega e se acentuou com as descobertas marítimas, a invenção das máquinas a vapor e a descoberta da electricidade. E que promete, nos nossos dias, com base na domesticação progressiva da energia atómica, se não semear o homem pelas estrelas, pelo menos humanizar o universo.

O que foi dito permite-nos pôr a seguinte pergunta: será que a história só começa a partir do *momento* em que se desencadeia o fenómeno classe e, conseqüentemente, a luta de classes? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nómada e sedentária à criação do gado e á apropriação privada da terra. Mas seria também – o que nos recusamos a aceitar – considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Cuanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muito ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história.

Esta recusa, aliás baseada no conhecimento concreto da realidade socioeconómica dos nossos países e na análise do processo de desenvolvimento do fenómeno classe tal como foi feita acima, leva-nos a admitir que, se a luta de classes é a força motora da história, ela é-o durante um certo período da história. Isto quer dizer que *antes* da luta de classes (e, necessariamente, *depois* da luta de classes, porque neste mundo não há antes sem depois) algum factor (ou alguns factores) foi e será o motor da história. Não nos repugna admitir que esse factor da história de cada agrupamento humano é o *modo de produção* (o nível das forças produtivas e o regime de propriedade) que caracteriza esse agrupamento. Mas, como se viu, a definição da classe e a luta de classes são, elas mesmas, um efeito do desenvolvimento das forças produtivas conjugado com o regime da propriedade dos meios de produção. Parece-nos portanto lícito concluir que o nível das

forças produtivas, determinante essencial do conteúdo e da forma da luta de classes, é a verdadeira e a permanente força motora da história.

Se aceitarmos essa conclusão, então ficam eliminadas as dúvidas que perturbam o nosso espírito. Porque, se por um lado vemos garantida a existência da história antes da luta de classes e evitamos a alguns agrupamentos humanos dos nossos países (e quiçá dos nossos continentes) a triste condição de povos sem história, vemos assegurada, por outro lado, a continuidade da história mesmo depois do desaparecimento da luta de classes ou das classes. E como não fomos nós que postulámos, aliás em bases científicas, o desaparecimento das classes como uma fatalidade na história, sentimo-nos bem nesta conclusão que, em certa medida, restabelece uma coerência e dá simultaneamente aos povos que, como o de Cuba, estão a construir o socialismo, a agradável certeza de que não ficarão sem história quando finalizarem o processo da liquidação do fenómeno classe e da luta de classes no seio do seu conjunto socioeconómico. A eternidade não é coisa deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.

SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO

O que fica dito e a realidade actual do nosso tempo permite-nos admitir que a história dum agrupamento humano ou da humanidade se processa em pelo menos três fases: a primeira, em que, correspondendo a um baixo nível das forças produtivas – do domínio do homem sobre a natureza – o modo de produção tem carácter elementar, não existe ainda a apropriação privada dos meios de produção, não há classes, nem, portanto, luta de classes; a segunda, em que a elevação do nível das forças produtivas conduz à apropriação privada dos meios de produção, complica progressivamente o modo de produção, provoca conflitos de interesses no seio do conjunto sócio-económico em movimento, possibilita a erupção do fenómeno classe e, portanto, a luta de classes, que é a expressão social da contradição, no domínio económico, entre o modo de produção e a apropriação privada dos meios de produção; a terceira em que, a partir dum dado nível das forças produtivas, se torna possível e se realiza a liquidação da apropriação privada dos meios de produção, a eliminação do fenómeno classe e, portanto, da luta de classes, e se desencadeiam novas e ignoradas forças no processo histórico do conjunto socioeconómico.

A primeira fase corresponderia, em linguagem político-económica, à sociedade agro-pecuária comunitária, em que a estrutura social é horizontal, sem Estado; a segunda, às sociedades agrárias (feudal ou assimilada e agro-industrial burguesa, em que a estrutura social se desenvolve na vertical, com Estado; a terceira, às sociedades socialistas e comunistas em que a economia é predominantemente, senão exclusivamente, industrial (porque a própria agricultura passa a ser uma indústria), em que o Estado tende progressivamente para o desaparecimento ou desaparece, e em que a estrutura social volta a desenvolver-se na horizontal, a um nível superior de forças produtivas, de relações sociais e de apreciação dos valores humanos.

Ao nível da humanidade ou de parcelas da humanidade (agrupamentos humanos numa mesma região ou de um ou mais continentes), essas três fases (ou duas delas) podem ser concomitantes, como o provam tanto a realidade actual como o passado. Isso resulta do desenvolvimento desigual das sociedades humanas, quer por razões internas quer pela influência aceleradora ou retardadora de algum ou alguns factores externos sobre a sua evolução. Por outro lado, no processo histórico dum dado conjunto

sócio-económico, cada uma das fases referidas contem, a partir de um certo nível de transformação, os germens da fase seguinte.

Devemos notar também que, na fase actual da vida da humanidade e para um dado conjunto socioeconómico, não é indispensável a sucessão no tempo das três fases caracterizadas. Qualquer que seja o nível actual das suas forças produtivas e da estrutura social que a caracteriza, uma sociedade pode avançar rapidamente, através de etapas definidas e adequadas às realidades concretas locais (históricas e humanas), para uma fase superior de existência. Tal avanço depende das possibilidades concretas de desenvolver as suas forças produtivas e é condicionado principalmente pela natureza do poder político que dirige essa sociedade, quer dizer, pelo tipo de Estado ou, se quisermos, pela natureza da classe ou classes dominantes no seio dessa sociedade.

Uma análise mais pormenorizada mostrar-nos-ia que a possibilidade dum tal *salto* no processo histórico resulta fundamentalmente, no plano económico, da força dos meios de que o homem pode dispôr na actualidade para dominar a natureza e, no plano político, deste acontecimento novo que transformou radicalmente a face do mundo e a marcha da história – a *criação dos Estados socialistas*.

Vemos, portanto, que os nossos povos, sejam quais forem os seus estádios de desenvolvimento económico, têm a sua própria história. Ao serem submetidos à dominação imperialista, o processo histórico de cada um dos nossos povos (ou o dos agrupamentos humanos que constituem cada um deles) foi sujeito à acção violenta dum factor exterior. Essa acção – o impacto do imperialismo sobre as nossas sociedades – não podia deixar de influenciar o processo de desenvolvimento das forças produtivas dos nossos países e as estruturas sociais dos nossos povos, assim como o conteúdo e a forma das nossas lutas de libertação nacional.

Mas vemos também que, no contexto histórico em que se desenvolvem essas lutas, existe para os nossos povos a possibilidade concreta de passarem da situação de exploração e de subdesenvolvimento em que se encontram, para uma nova fase do seu processo histórico, a qual pode conduzi-los a uma forma superior de existência económica social e cultural.

O IMPERIALISMO

O relatório político elaborado pelo Comité Internacional Preparatório desta Conferência, ao qual reafirmamos o nosso inteiro apoio, situou, de maneira clara e numa análise sucinta, o imperialismo no seu contexto económico e nas suas coordenadas históricas. Não vamos aqui repetir o que já foi dito perante esta Assembleia. Diremos apenas que o imperialismo pode ser definido como a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção de cada vez maiores *mais-valias* pelo capital monopolista e financeiro, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e, mais tarde, na América do Norte. E, se queremos situar o facto imperialista na trajectória geral da evolução deste factor transcendente que modificou a face do mundo – o capital e os processos da sua acumulação – poderíamos dizer que o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objectivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos. Mas se formos capazes de analisar com serenidade o fenómeno imperialista, não escandalizaremos ninguém ao termos de reconhecer que o imperialismo – que tudo mostra ser na realidade a fase última da evolução do capitalismo – foi uma necessidade da história, uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas e das transformações do modo

de produção, no âmbito geral da humanidade, considerada como um todo em movimento. Uma necessidade, como o são no presente a libertação nacional dos povos, a destruição do capitalismo e o advento do socialismo.

O que importa aos nossos povos é saber se o imperialismo, na sua condição de capital em acção, cumpriu ou não nos nossos países a missão histórica reservada a este: aceleração do processo do desenvolvimento das forças produtivas e transformação, no sentido da complexidade, das características do modo de produção; aprofundamento da diferenciação das classes com o desenvolvimento da burguesia e intensificação da luta de classes; aumento significativo do standard geral médio do nível de vida económica, social e cultural das populações. Interessa além disso averiguar quais as influências ou efeitos da acção imperialista sobre as estruturas sociais e o processo histórico dos nossos povos.

Não vamos fazer aqui o balanço condenatório nem a elegia do imperialismo, mas diremos apenas que, quer no plano económico, quer nos planos social e cultural, o capital imperialista ficou longe de cumprir nos nossos países a missão histórica desempenhada pelo capital nos países de acumulação. Isso implica que, se, por um lado, o capital imperialista teve na grande maioria dos países dominados a simples função de multiplicador de mais-valias, constata-se, por outro lado, que a capacidade histórica do capital (como acelerador indestrutível do processo de desenvolvimento das forças produtivas) está estritamente dependente da sua liberdade, quer dizer, do grau de independência com que é utilizado. Devemos, no entanto, reconhecer que em alguns casos o capital imperialista ou capitalismo moribundo teve interesse, força e tempo bastante para, além de edificar cidades, aumentar o nível das forças produtivas, permitir a uma minoria da população nativa um standard de vida melhor ou até privilegiado, contribuindo assim, em processo que alguns chamariam dialéctico, para o aprofundamento das contradições no seio das sociedades em causa. Noutros casos ainda, mais raros, houve a possibilidade de acumulação do capital, dando lugar ao desenvolvimento duma burguesia local.

No que se refere aos efeitos da dominação imperialista sobre a estrutura social e o processo histórico dos nossos povos, convém averiguar em primeiro lugar quais são as formas gerais de dominação, do imperialismo. Elas são pelo menos duas:

1.º) Dominação directa – por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) – à qual se convencionou chamar *colonialismo clássico* ou *colonialismo*.

2.º) Dominação indirecta – por meio dum poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos – à qual se convencionou chamar *neocolonialismo*.

No primeiro caso, a estrutura social do povo dominado, seja qual for a etapa em que se encontra, pode sofrer os seguintes efeitos:

a) destruição completa, acompanhada em geral da liquidação imediata ou progressiva da população autóctone e conseqüente substituição desta por uma população exótica;

b) destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;

c) conservação aparente, condicionada pela confinção da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva de uma população exótica.

Os dois últimos casos, que são os que interessa considerar no quadro da problemática da libertação nacional, estão bem representados em África. Pode-se afirmar que, em qualquer deles, o efeito principal provocado pelo impacto do imperialismo no processo histórico do povo dominado é a paralisia, a estagnação (mesmo, em alguns casos, a regressão) desse processo. Essa paralisia não é, no entanto, completa. Num ou noutro sector do conjunto socioeconómico em causa podem operar-se transformações sensíveis, quer motivadas pela permanência da acção de alguns factores internos (locais), quer resultantes da acção de novos factores introduzidos pela dominação colonial, tais como o ciclo da moeda e o desenvolvimento das concentrações urbanas. Entre essas transformações, convém referir a perda progressiva, em certos casos, do prestígio das classes ou camadas dirigentes nativas, o êxodo, forçado ou voluntário, duma parte da população camponesa para os centros urbanos, com conseqüente desenvolvimento de novas camadas sociais: trabalhadores assalariados, empregados do Estado, do comércio e profissões liberais, e uma camada instável dos sem trabalho. No campo, surge com intensidade muito variada e sempre ligada ao meio urbano, uma camada constituída por pequenos proprietários agrícolas. No caso do chamado neocolonialismo, quer a maioria da população colonizada seja autóctone, quer ela seja originariamente exótica, a acção imperialista orienta-se no sentido da criação duma burguesia ou pseudo-burguesia local, enfeudada à classe dirigente do país dominador.

As transformações na estrutura social não são tão profundas nas camadas inferiores, sobretudo no campo, onde ela conserva predominantemente as características da fase colonial, mas a criação duma pseudo-burguesia nativa, que em geral se desenvolve a partir de uma pequena burguesia burocrática e dos intermediários do ciclo das mercadorias (compradores), acentua a diferenciação das camadas sociais, abre, pelo reforço da actividade económica de elementos nativos, novas perspectivas à dinâmica social, nomeadamente com o desenvolvimento progressivo duma classe operária citadina e a instalação de propriedades agrícolas privadas, que dão lugar, a pouco e pouco, ao aparecimento dum proletariado agrícola. Essas transformações mais ou menos sensíveis da estrutura social, determinadas aliás por um aumento significativo do nível das forças produtivas, tem influência directa no processo histórico do conjunto socioeconómico em causa. Enquanto no colonialismo clássico esse processo é paralizado, a dominação neocolonialista, permitindo o despertar da dinâmica social – dos conflitos de interesse entre as camadas sociais nativas ou da luta de classes – cria a ilusão de que o processo histórico volta à sua evolução normal. Essa ilusão é reforçada pela existência dum poder político (Estado nacional), integrado por elementos nativos. Apenas uma ilusão, porque, na realidade, o enfeudamento da classe «dirigente» nativa à classe dirigente do país dominador, limita ou inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Mas, nas condições concretas da economia mundial do nosso tempo, esse enfeudamento é uma fatalidade, e, portanto, a pseudo-burguesia nativa, seja qual for o seu grau de nacionalismo, não pode desempenhar efectivamente a função histórica que caberia a essa classe, não pode orientar *livremente* o desenvolvimento das forças produtivas, em suma, não pode ser uma *burguesia nacional*. Ora, como se viu, as forças produtivas são o motor da história, e a liberdade total do processo do seu desenvolvimento é a condição indispensável para o pleno funcionamento desse motor.

Vê-se, portanto, que tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial de dominação imperialista – a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Essa constatação, que identifica, na

sua essência, as duas formas aparentes da dominação imperialista, parece-nos ser de importância primordial para o pensamento e a acção dos movimentos de libertação nacional, tanto no decorrer da luta como após a conquista da independência.

Com base no que fica dito, podemos afirmar que a libertação nacional é o fenómeno que consiste em um conjunto socioeconómico negar a negação do seu processo histórico. Em outros termos, a libertação nacional dum povo é a reconquista da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à história, pela destruição da dominação imperialista a que esteve sujeito.

Ora vimos que a característica principal e permanente da dominação imperialista, qualquer que seja a sua forma, é a usurpação pela violência da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do conjunto socio-económico dominado. Vimos também que é essa liberdade e só ela que garante a normalização do processo histórico dum povo. Podemos portanto concluir que há libertação nacional quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira.

Costuma-se dizer que a libertação nacional se fundamenta no direito, comum a todos os povos, de dispôr livremente do seu destino e que o objectivo dessa libertação é a obtenção da independência nacional. Embora estejamos de acordo com essa maneira vaga e subjectiva de exprimir uma realidade complexa, preferimos ser objectivos. Para nós, o fundamento da libertação nacional, sejam quais forem as formulações adoptadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história; e o objectivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Por isso, em nossa opinião, qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse objectivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não estará seguramente lutando pela libertação nacional.

Isso implica que, tendo em conta as características essenciais da economia mundial do nosso tempo, assim como as experiências já vividas no domínio da luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta contra o que se convencionou chamar neocolonialismo. Por outro lado, se considerarmos que a libertação nacional exige uma mutação profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, vemos que o fenómeno da libertação nacional corresponde necessariamente a uma revolução. O que importa é ter consciência das condições objectivas e subjectivas em que se opera essa revolução, e quais as formas ou a forma de luta mais adequada para a sua efectivação.

Não vamos repetir aqui que essas condições são francamente favoráveis na presente etapa da história da humanidade. Queremos apenas lembrar que existem também factores desfavoráveis, tanto no plano internacional como no plano interno de cada nação em luta pela sua libertação.

No plano internacional, parece-nos que pelo menos os seguintes factores são desfavoráveis ao movimento de libertação nacional: a situação neocolonial dum grande número de Estados que conquistaram a independência política, vindo a juntar-se a outros que já viviam nessa situação; os progressos realizados pelo neocolonialismo, nomeadamente na Europa, onde o imperialismo, com recurso a investimentos preferenciais, incentiva o desenvolvimento dum proletariado privilegiado com consequente abaixamento do nível revolucionário das classes trabalhadoras; a situação neocolonial, evidente ou encoberta, de alguns Estados europeus que, como Portugal, têm ainda colónias; a chamada política de «ajuda» aos países subdesenvolvidos praticada pelo imperialismo com o objectivo de criar ou reforçar pseudo-burguesias nativas,

necessariamente enfeudadas à burguesia internacional, e de barrar assim o caminho à revolução; a claustrofobia e a timidez revolucionária que levam alguns Estados recentemente independentes, dispendo de condições económicas e políticas interiores favoráveis à revolução, a aceitarem compromissos com o inimigo ou com os seus agentes; as contradições crescentes entre Estados anti-imperialistas e, finalmente, as ameaças, por parte do imperialismo, à paz mundial, face à perspectiva duma guerra atómica. Esses factores concorrem para reforçar a acção do imperialismo contra o movimento de libertação nacional.

Se a intervenção repetida e a agressividade crescente do imperialismo contra os povos podem ser interpretadas como um sinal de desespero diante da amplidão do movimento de libertação nacional, justificam-se, em certa medida, pelas debilidades criadas por esses factores desfavoráveis na frente geral da luta anti-imperialista.

No plano interno, parece-nos que a fraqueza ou os factores desfavoráveis mais significativos residem na estrutura económico-social e nas tendências da sua evolução sob a pressão imperialista, ou melhor, na pequena ou nula atenção dada às características dessa estrutura e tendências pelos movimentos de libertação nacional na elaboração das suas estratégias de luta.

Este ponto de vista não pretende diminuir a importância de outros factores internos desfavoráveis à libertação nacional, tais como o subdesenvolvimento económico, com consequente atraso social e cultural das massas populares, o tribalismo e outras contradições menores. Convém no entanto notar que a existência de tribos só se manifesta como uma contradição significativa em função de atitudes oportunistas (geralmente provenientes de indivíduos ou grupos destribilizados) no seio do movimento de libertação nacional. As contradições entre classes, mesmo quando estas são embrionárias, são bem mais importantes do que as contradições entre tribos.

*
* *
*

Embora a situação colonial e a neocolonial sejam idênticas na sua essência, e o aspecto principal da luta contra o imperialismo seja o neocolonialista, parece-nos indispensável distinguir, na prática, essas duas situações. Com efeito, a estrutura horizontal, ainda que mais ou menos diferenciada, da sociedade nativa, e a ausência dum poder político integrado por elementos nacionais, possibilitam, na situação colonial, a criação duma ampla frente de unidade e de luta, aliás indispensável, para o sucesso do movimento de libertação nacional. Mas essa possibilidade não dispensa a análise rigorosa da estrutura social indígena, das tendências da sua evolução e a adopção, na prática, de medidas adequadas para garantir uma verdadeira libertação nacional. Entre essas medidas, embora admitamos que cada um sabe melhor o que deve fazer em sua casa, parece-nos ser indispensável a criação duma vanguarda solidamente unida e consciente do verdadeiro significado e objectivo da luta de libertação nacional, que deve por ela ser dirigida. Esta necessidade tem tanto maior acuidade quanto é certo que, salvo em raras excepções, a situação colonial não permite nem solicita a existência significativa de classes de vanguarda (classe operária consciente de si a proletariado rural) que poderiam garantir a vigilância das massas populares sobre a evolução do movimento de libertação. Contrariamente, o carácter geralmente embrionário das classes trabalhadoras e a situação económica, social e cultural da força física maior da luta de libertação nacional – os camponeses – não permitem a estas duas forças principais dessa luta distinguir de per si a verdadeira independência nacional da fictícia independência

política. Só uma vanguarda revolucionária, geralmente uma minoria activa, pode consciencializar ab initio essa diferença e levá-la, através da luta, à consciência das massas populares. Isso explica o carácter fundamentalmente político da luta de libertação nacional e dá, em certa medida, a importância da forma de luta no desfecho final do fenómeno da libertação nacional.

Já na situação neocolonial, a estruturação, mais ou menos acentuada, da sociedade nativa na vertical, e a existência dum poder político integrado por elementos nativos – Estado nacional – agravam as contradições no seio dessa sociedade e tornam difícil, se não impossível, a criação duma frente unida tão ampla como no caso colonial. Por um lado, os efeitos materiais (principalmente a nacionalização dos quadros e o aumento da iniciativa económica do nativo, em particular no plano comercial) e psíquicos (orgulho de se julgar dirigido pelos próprios compatriotas, exploração da solidariedade de ordem religiosa ou tribal entre alguns dirigentes e uma fracção das massas populares) contribuem para desmobilizar uma parte considerável das forças nacionalistas. Mas, por outro lado, o carácter necessariamente repressivo do Estado neocolonial contra as forças de libertação nacional, o agravamento das contradições de classe, a permanência objectiva de agentes e de sinais de dominação estrangeira (colonos que conservam os seus privilégios, forças armadas, discriminação racial), a crescente pauperização do campesinato e a influência mais ou menos notória de factores exteriores, contribuem para manter acesa a chama do nacionalismo, consciencializar progressivamente largas camadas populacionais e reunir, precisamente com base na consciência da frustração neocolonialista, a maioria da população em torno do ideal da libertação nacional.

Além disso, enquanto a classe dirigente nativa se «emburguesa» cada vez mais, o desenvolvimento duma classe trabalhadora integrada por operários citadinos e por proletários agrícolas – todos explorados pela dominação indirecta do imperialismo, abre perspectivas novas à evolução da libertação nacional. Essa classe trabalhadora, qualquer que seja o grau de desenvolvimento da sua consciência política (para além dum limite mínimo que é a *consciência das suas necessidades*), parece constituir a verdadeira vanguarda popular da luta de libertação nacional no caso neocolonial. Ela não poderá, no entanto, realizar completamente a sua missão no quadro dessa luta (que não acaba com a conquista da independência) se não se aliar solidamente com as outras camadas exploradas: os camponeses em geral (servos, rendeiros, parceiros, pequenos proprietários agrícolas) e a pequena burguesia nacionalista. A realização dessa aliança exige a mobilização e a organização das forças nacionalistas no quadro (ou pela acção) duma organização política forte e bem estruturada.

Outra distinção importante a fazer entre a situação colonial e a neocolonial reside nas perspectivas da luta. O caso colonial (em que a *nação classe* se bate contra as forças de repressão da burguesia do país colonizador) pode conduzir, pelo menos aparentemente, a uma solução nacionalista (revolução nacional): – a nação conquista a sua independência e adopta, em hipótese, a estrutura económica que bem lhe apetece. O caso neocolonial (em que as classes trabalhadoras e os seus aliados se batem simultaneamente contra a burguesia imperialista e a classe dirigente nativa) não é resolvido através uma solução nacionalista exige a destruição da estrutura capitalista implantada pelo imperialismo no solo nacional e postula, justamente, uma solução socialista.

Esta distinção resulta principalmente da diferença dos níveis das forças produtivas nos dois casos e do conseqüente aprofundamento da luta de classes.

Não seria difícil demonstrar que, no tempo, essa distinção é apenas aparente. Basta lembrar que, nas condições históricas actuais – liquidação do imperialismo que lança mão de todos os meios para perpetuar a sua dominação sobre os nossos povos, e consolidação do socialismo sobre uma parte considerável do globo – só duas vias são possíveis para uma nação independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de Estado) ou adoptar a via socialista. Esta opção, de que depende a compensação dos esforços e sacrifícios pelas massas populares no decurso da luta, é fortemente influenciada pela forma de luta e pelo grau de consciência revolucionária daqueles que a dirigem.

O PAPEL DA VIOLÊNCIA

Os factos dispensam-nos de usar palavras para provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitarmos o princípio de que a luta de libertação nacional é uma revolução, e que ela não acaba no momento em que se içe a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há nem pode haver libertação nacional sem o uso da violência libertadora, por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo. Ninguém duvida de que, sejam quais forem as suas características locais, a dominação imperialista implica um estado de permanente violência contra as forças nacionalistas. Não há povo no mundo que, tendo sido submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neocolonialista) tenha conquistado a sua independência (nominal ou efectiva) sem vítimas. O que importa é determinar quais as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para não só responderem à violência do imperialismo mas também para garantirem, através da luta, a vitória final da sua causa, isto é, a verdadeira independência nacional.

As experiências, passadas e recentes, vividas por alguns povos; a situação actual da luta de libertação nacional no mundo (em especial nos casos do Vietnam, do Congo e do Zimbabwe); assim como a própria situação de violência permanente ou, quando menos, de contradições e sobressaltos, em que se encontram alguns países que conquistaram a independência pela via chamada pacífica, mostram-nos que não só os compromissos com o imperialismo são contraproducentes, mas também que a via normal da libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a *luta armada*.

Creemos que não escandalizaremos esta Assembleia ao afirmarmos que a única via eficaz para a realização cabal e definitiva das aspirações dos povos à libertação nacional – é a luta armada. Esta é a grande lição que a história recente e actual de libertação ensina a todos aqueles que estão verdadeiramente empenhados na libertação nacional dos seus povos.

SOBRE A PEQUENA BURGUESIA

Evidentemente, tanto a eficácia dessa via como a estabilidade da situação a que ela conduz, depois da libertação, dependem não só das características da organização da luta, mas também da consciência política e moral daqueles que, por razões históricas, estão em condições de ser os herdeiros imediatos do Estado colonial ou neocolonial. Ora os factos têm demonstrado que a única camada social capaz, tanto de consciencializar em primeiro lugar a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação, é a pequena-burguesia nativa. Se tivermos em conta

as características aleatórias, a complexidade e as tendências naturais inerentes à situação económica dessa camada social ou classe, vemos que esta fatalidade específica da nossa situação é mais uma das fraquezas do movimento de libertação nacional.

A situação colonial, que não consente o desenvolvimento duma pseudo-burguesia nativa e na qual as massas populares não atingem, em geral, o necessário grau de consciência política antes do desencadeamento do fenómeno da libertação nacional, dá à pequena burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra a dominação estrangeira, em virtude de ser, pela sua situação objectiva e subjectiva (nível de vida superior ao das massas, contactos mais frequentes com os agentes do colonialismo, portanto, maior frequência de humilhações, maior grau de instrução e de cultura política, etc.), a camada que mais cedo realiza a consciência da necessidade de se desembaraçar da dominação estrangeira. Assume esta responsabilidade histórica o sector da pequena burguesia a que, no contexto colonial, se poderia chamar *revolucionária*, enquanto os outros sectores permanecem na hesitação característica dessa classe ou se aliam ao colonialista, para defender, embora ilusoriamente, a sua situação social.

A situação neocolonial, que postula a liquidação da pseudo-burguesia nativa para que se consuma a libertação nacional, também dá à pequena burguesia a oportunidade de desempenhar um papel de relevo – mesmo decisivo – na luta pela liquidação estrangeira. Mas, neste caso, em virtude dos progressos relativos realizados na estrutura social, a função de direcção da luta é compartilhada, em maior ou menor grau, com os sectores mais esclarecidos das classes trabalhadoras e até com alguns elementos da pseudo-burguesia nacional, dominados pelo sentimento patriótico. O papel do sector da pequena burguesia que participa na direcção da luta é tanto mais importante quanto é certo que, também na situação neocolonial, ela está mais apta a assumir essas funções, quer pelas limitações económicas e culturais das massas trabalhadoras, quer pelos complexos e limitações de natureza ideológica que caracterizam o sector da pseudo-burguesia nacional que adere à luta. Neste caso ainda, importa salientar que a missão que lhe está confiada exige a esse sector da pequena burguesia uma maior consciência revolucionária, a capacidade de interpretar fielmente as aspirações das massas em cada fase da luta e de se identificar com elas cada vez mais.

Mas, por maior que seja o grau de consciência revolucionária do sector da pequena burguesia chamada a desempenhar essa função histórica, ela não pode libertar-se desta realidade objectiva: a pequena burguesia, como classe de serviços, quer dizer, não directamente incluída no processo da produção, não dispõe de bases económicas que lhe garantam a tomada do poder. Com efeito, a história demonstra que, qualquer que seja o papel (muitas vezes de importância) desempenhado por indivíduos originários da pequena burguesia no processo duma revolução, essa classe nunca esteve na posse do poder político. E não poderia estar, porque o poder político (o Estado) tem os seus alicerces na capacidade económica da classe dirigente e, nas condições da sociedade colonial e neocolonial, essa capacidade está detida nas mãos de duas entidades: o capital imperialista e as classes trabalhadoras nativas.

Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objectivos da libertação nacional. Para não trair esses objectivos, a pequena burguesia só tem um caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de emburguesamento e

as solicitações naturais da sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opôr ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isso significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de *suicidar-se* como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.

Essa alternativa – traír a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional. A sua solução positiva, em favor da revolução, depende daquilo a que, ainda recentemente, Fidel Castro chamou, com propriedade, *desenvolvimento da consciência revolucionária*. Essa dependência atrai necessariamente a nossa atenção sobre a capacidade do dirigente da luta de libertação nacional de se manter fiel aos princípios e à causa fundamental dessa luta. Isso revela, em certa medida, que se a libertação nacional é essencialmente um problema político, as condições do seu desenvolvimento imprimem-lhe algumas características que são do âmbito da moral.

Esta é a modesta contribuição que, em nome das organizações nacionalistas dos países africanos ainda parcialmente ou totalmente dominados pelo colonialismo português, entendemos dever trazer ao debate geral desta Assembleia. Solidamente unidos no seio da nossa organização multi-nacional – a CONCP – estamos determinados a manter-nos fieis aos interesses e às justas aspirações dos nossos povos, quaisquer que sejam as nossas origens nas sociedades a que pertencemos. A vigilância em relação a essa fidelidade é, aliás, um dos objectivos principais da nossa organização, no interesse dos nossos povos, da África e da Humanidade em luta contra o imperialismo. Por isso nos batemos já, de armas nas mãos, contra as forças colonialistas portuguesas, em Angola, na Guiné e em Moçambique, e estamos a preparar-nos para fazer o mesmo em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Por isso dedicamos a maior atenção ao trabalho político no seio dos nossos povos, melhorando e reforçando cada dia as nossas organizações nacionais, na direcção das quais se encontram representados todos os sectores da nossa sociedade. Por isso nos mantemos vigilantes contra nós mesmos e procuramos, na base do conhecimento concreto das nossas forças e das nossas fraquezas, reforçar aquelas e transformar estas em forças, pelo desenvolvimento constante da nossa consciência revolucionária. Por isso estamos em Cuba, presentes a esta Conferência.

Não daremos vivas nem proclamaremos aqui a nossa solidariedade para com este ou aquele povo em luta. A nossa presença é um grito de condenação do imperialismo e uma prova de solidariedade para com todos os povos que querem varrer das suas pátrias o jugo imperialista, em particular com o heróico povo do Vietnam. Mas cremos firmemente que a melhor prova que poderemos dar de que somos contra o imperialismo e activamente solidários para com os nossos companheiros, nesta luta comum, consiste em regressar aos nossos países, desenvolver cada dia mais a luta e mantermo-nos fiéis aos princípios e objectivos da libertação nacional.

Fazemos votos para que cada movimento de libertação nacional aqui presente possa, com armas nas mãos, repetir no seu país, em uníssono com o seu povo, o grito já legendário do Povo de Cuba: **PATRIA O MUERTE, VENCEREMOS!**

Morte para as forças imperialistas!

Pátria livre, próspera e feliz para cada um dos nossos povos!

VENCEREMOS!

ARQUIVO L. LARA

★ Edição U.L. — Março /77

048